

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS – CESC  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA – DHG  
CURSO DE HISTÓRIA

PROJETO PEDAGOGICO DO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

CAXIAS  
2018

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS – CESC  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA – DHG  
CURSO DE HISTÓRIA

PROJETO PEDAGOGICO DO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

**NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:**

**Portaria: N°11. DC / 2017 – CESC/UEMA**

Jordania Maria Pessoa  
Antonia Valteria Melo Alvarenga  
Salânia Maria Barbosa Melo  
Benilton Torres de Lacerda  
Alcebiades Costa Filho

CAXIAS  
2018

## **IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

**DENOMINAÇÃO:** História Licenciatura

**MODALIDADE:** Licenciatura Presencial

**REGIME:** Semestral

**INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:** No mínimo 8 semestres ou 4 anos e no máximo 12 semestres ou 6 anos

**NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS:** 35 por semestre

**FORMAS DE INGRESSO:** Seleção Pública, Transferência e Reingresso

**CARGA HORÁRIA:** 3.255

## **ESTRUTURA DE GESTÃO**

### **REITOR**

Gustavo Pereira da Costa

### **VICE-REITOR**

Walter Canales Sant'Ana

### **PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO**

Antônio Roberto Coelho Serra

### **PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Gilson Martins Mendonça

### **PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO**

Andréa de Araújo

### **PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Marcelo Cheche Galves

### **PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS DA COMUNIDADE**

Paulo Henrique Aragão Catunda

### **DIREÇÃO DE CENTRO**

Valéria Cristina Soares Pinheiro

### **CHEFE DE DEPARTAMENTO**

Raimunda Barros Borba

### **DIREÇÃO DE CURSO**

Jordania Maria Pessoa

## Sumário

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2.</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>7</b>
<b>3.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>9</b>
<b>3.1</b>	<b>Histórico e missão da UEMA</b>	<b>9</b>
<b>4.</b>	<b>O CURSO</b>	<b>10</b>
<b>4.1</b>	<b>Histórico do Curso</b>	<b>10</b>
<b>4.2</b>	<b>Políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa</b>	<b>17</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Políticas de Ensino</b>	<b>18</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Políticas de pesquisa</b>	<b>19</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Políticas de extensão</b>	<b>19</b>
<b>4.3</b>	<b>Atendimento Educacional Especializado (Inclusão da Pessoa com Deficiência nos Cursos de Graduação)</b>	<b>20</b>
<b>4.4</b>	<b>Filosofia, referenciais epistemológicos e técnicos do curso</b>	<b>22</b>
<b>4.5</b>	<b>Competências e habilidades</b>	<b>24</b>
<b>4.5</b>	<b>Objetivos do curso</b>	<b>25</b>
<b>4.7</b>	<b>Perfil Profissional</b>	<b>26</b>
<b>4.8</b>	<b>Caracterização do corpo discente</b>	<b>27</b>
<b>4.9</b>	<b>Mecanismos Avaliativos do Curso</b>	<b>30</b>
<b>4.10</b>	<b>Legislações aplicadas ao funcionamento do Curso</b>	<b>33</b>
<b>5.</b>	<b>CURRÍCULO DO CURSO</b>	<b>34</b>
<b>5.1.</b>	<b>Regime Escolar</b>	<b>35</b>
<b>5.2.</b>	<b>Temas abordados na Formação</b>	<b>37</b>
<b>5.4</b>	<b>Matriz Curricular</b>	<b>37</b>
<b>5.2.1.</b>	<b>Disciplinas de Núcleo Específico</b>	<b>41</b>
<b>5.2.2.</b>	<b>Disciplinas de Núcleo Comum</b>	<b>42</b>
<b>5.2.3.</b>	<b>Disciplinas de Núcleo Livre</b>	<b>43</b>
<b>5.3.</b>	<b>Ementários e Referências das Disciplinas do Curso</b>	<b>45</b>
<b>5.4.</b>	<b>Prática como Componente Curricular Investigativo</b>	<b>66</b>
<b>5.5.</b>	<b>Estágio Curricular Supervisionado</b>	<b>68</b>
<b>5.6.</b>	<b>Atividades Teórico – Práticas</b>	<b>69</b>
<b>5.7.</b>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso – TCC</b>	<b>70</b>
<b>6.</b>	<b>GESTÃO DO CURSO</b>	<b>70</b>
<b>6.1</b>	<b>Gestores do Curso</b>	<b>70</b>
<b>6.2</b>	<b>Colegiado do Curso</b>	<b>71</b>
<b>6.3</b>	<b>Núcleo Docente Estruturante</b>	<b>74</b>

<b>6.4</b>	<b>Corpo Técnico–Administrativo atual disponibilizado para o curso</b>	<b>75</b>
<b>7.</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA DO CURSO</b>	<b>75</b>
<b>7.1</b>	<b>Infraestrutura física existente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas</b>	<b>75</b>
<b>7.2</b>	<b>Acervo Bibliográfico</b>	<b>76</b>
<b>7.3</b>	<b>Corpo docente atual do quadro da UEMA disponibilizado para o Curso</b>	<b>77</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>79</b>
	<b>APÊNDICE</b>	<b>91</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de História Licenciatura do CESC/UEMA é resultado do trabalho coletivo da comunidade acadêmica, em especial do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Curso, empenhados em identificar as capacidades e necessidades do curso, atualizando-o para as mudanças e atendimento das novas demandas da sociedade maranhense. O NDE e o Colegiado do Curso estabeleceram metas, estratégias e objetivos para os próximos anos, a fim de integrar-se à missão do curso que vem atendendo à comunidade maranhense há várias décadas.

O processo de elaboração do Projeto Pedagógico foi marcado por debates que objetivaram o aperfeiçoamento das práticas existentes, como também de novas propostas que venham contribuir para o perfil do profissional de História neste novo milênio. A reestruturação do PP visa fortalecer as ações do curso de História no que se refere à formação dos/as estudantes e ao aperfeiçoamento dos/as docentes, técnicos e gestores. Por outro lado, atende uma exigência normativa para renovação da aprovação do curso junto ao Conselho Estadual de Educação. Dessa forma, buscamos reforçar a importância do ato de planejar coletivamente as ações, visando garantir a qualidade da formação dos futuros profissionais de História, que atuarão nos mais diversos setores da sociedade.

As primeiras propostas do projeto pedagógico do curso foram elaboradas entre os anos de 2010 e 2011, resultando em uma estrutura curricular aprovada pelo CEE em 2012. Contudo, a referida proposta pedagógica teve uma temporalidade exígua em razão da UEMA ter adotado a política de unificação das estruturas curriculares para os cursos congêneres em funcionamento nos diversos Centros, aspecto este alcançado em 2014.

Neste ínterim, os debates e propostas pedagógicas no cenário brasileiro, em especial no que diz respeito às licenciaturas, foram frutíferas e resultaram em uma nova normatização do Conselho Nacional de Educação, a Resolução Nº2, de 1º de Julho de 2015.

Atendendo as demandas de renovação de funcionamento do Curso de História do CESC/UEMA, junto ao CEE do Maranhão e adequando-se às normativas do MEC de 2015 é que nos debruçamos em discutir e propor o Projeto Pedagógico atual. Cientes

de que nessa trajetória histórica o Curso encontra-se numa situação bem melhor que a existente em 2010, em função especialmente dos efeitos positivos produzidos pelos planejamentos anteriores: 10 (dez) professores efetivos (sendo 5 doutores, 4 mestres e 1 especialista): no momento o curso conta com 07 (sete) professores substitutos (sendo 6 mestres e 1 especialista). Temos, também, 11 grupos de estudos cadastrados na Plataforma Lattes do CNPQ; participação dos professores em publicações e anualmente a promoção de eventos que geram intercâmbio entre o meio acadêmico da UEMA e outras IES, consta no Apêndice I.

Nessa perspectiva, a presente proposta apresenta objetivos focados na formação do profissional de História, contemplando competências e habilidades exigidas pelas novas diretrizes curriculares para o exercício da Licenciatura.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Atendendo às demandas de renovação de funcionamento do Curso de História do CESC/UEMA, junto ao CEE do Maranhão e adequando-se às normativas do MEC de 2015 é que nos debruçamos em discutir e propor este Projeto Pedagógico. Como já fora explanado na apresentação, este Projeto Pedagógico é resultado do trabalho coletivo da comunidade acadêmica do curso de História, em especial do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Curso, empenhados em levantar as capacidades e necessidades do curso, atualizando-o para as mudanças e novas demandas da sociedade maranhense. O NDE e o Colegiado do Curso estabeleceram metas, estratégias e objetivos a fim de melhor atender a missão deste curso, que vem atendendo a comunidade maranhense há várias décadas.

O ritmo alucinante do século XX modificou não apenas a base material da sociedade moderna, mas também as condições de circulação e troca dos bens simbólicos, intensificadas com o desenvolvimento dos meios de transporte e com comunicação global. O efeito mais importante e visível destas alterações manifesta-se nas condições em que se processa a experiência humana: a relação tempo - espaço. A percepção destes dois elementos integrados à vida do homem produz a impressão que ambos sofrem uma irreversível mudança de ordem contrária: de um lado, tem-se a sensação da supressão do espaço; do outro, a inversa percepção da ampliação do tempo disponível para o exercício de atividades variadas, sejam elas construtivas ou reiterativas.



Na perspectiva de atender às novas demandas em relação à formação de profissionais na área da História, o curso de História Licenciatura da UEMA vem com uma proposta de Projeto Pedagógico que seja consonante às demandas socioeconômicas do universo geográfico em que está inserido no limiar do século XXI.

O curso de História do CESC/UEMA está situado na cidade de Caxias, na região Leste do Maranhão, numa cidade que possui aproximadamente 162.657 habitantes (IBGE 2017). O mesmo IBGE aponta na cidade um PIB per capita de 9.027,54 reais, com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 1,7 salários mínimos, uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 95,2%. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 96 de 217 e 19 de 217, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3666 de 5570 e 3531 de 5570, respectivamente.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 36 de 217. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 15 de 217. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 95.2 em 2010. Isso posicionava o município na posição 172 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 4954 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Nesta perspectiva, o curso de História, imerso no universo comemorativo dos 50 anos de funcionamento do Centro de Estudos Superiores de Caxias, reitera o seu compromisso de formar licenciados em História, com qualidade, que atenda à demanda da Educação Básica da região Leste do Maranhão.

Ciente das demandas de formação na área de educação, faz-se necessário oportunizar aos acadêmicos o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias a uma formação para a cidadania e mundo do trabalho. O curso oportuniza a formação desse profissional: educador crítico da realidade social, que atua diretamente nas escolas das redes municipais, estaduais e particulares de ensino.

A universidade, através do curso de história, possibilita a formação continuada dos egressos através de seminários anuais (seminário de práticas – XVIII; seminário de sertão – III; seminário de memória – V); cursos de especialização *latu sensu* (nos

últimos anos foi ofertado o curso de Teoria da História e o de História do Maranhão); mini cursos e oficinas temáticas, projetos de extensão, ciclos de debates.

Nos últimos dez anos, os egressos têm retornado a esta universidade, quer como professores efetivos e, principalmente, ao longo dos anos, como professores substitutos (com contrato de um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano, regulamentado por legislação estadual).

As Práticas Pedagógicas também possibilitam a relação universidade – sociedade, momento em que nossos graduandos adentram em recintos sociais, operacionalizando momentos de observação, relatórios diagnósticos e elaboração de projetos.

### **3. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

#### **3.1 Histórico e missão da UEMA**

A UEMA, sempre mantida pelo Estado do Maranhão, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei n.º 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão (Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias). A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA por meio da Lei n.º 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal n.º 94.143, de 25 de março de 1987, como uma Autarquia de natureza especial, pessoa jurídica de direito público, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com os preceitos do artigo 272 da Constituição Estadual.

Posteriormente, a UEMA foi reorganizada pela Lei n.º 5.921, de 15 de março de 1994, e pela Lei n.º 5.931, de 22 de abril de 1994, alterada pela Lei n.º 6.663, de 4 de junho de 1996. Em 31 de janeiro de 2003, por meio da Lei n.º 7.844, o Estado promoveu uma reorganização estrutural, momento em que fora criado o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico Tecnológico, do qual a UEMA passou a fazer parte, vinculando-se à Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico - GECTEC, hoje, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI.

Atualmente, a UEMA encontra-se presente em praticamente todo o território maranhense. Com base em 21 municípios, tem um campus em São Luís e outros vinte Centros de Estudos Superiores instalados nas cidades de: Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca. Além disso, a UEMA tem atuação em 36 polos de educação à distância e vinte polos do Programa Darcy Ribeiro.

A atuação da Universidade Estadual do Maranhão está distribuída nos seguintes níveis:

- Cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente;
- Cursos presenciais regulares e à distância de Graduação Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura;
- Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensinar);
- Pós-Graduação *Stricto sensu* (presencial) e *Lato sensu* (presencial e à distância).

Considerando o disposto em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 15.581, desde maio de 1997, os objetivos da UEMA permeiam: o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

A missão de uma instituição detalha a razão de ser da mesma. A missão apresentada neste documento destaca o direcionamento da Universidade para a atuação no âmbito da sociedade e no desenvolvimento do Maranhão. A mesma se fundamenta nos pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, como meios para a produção e difusão do conhecimento. Sob esses fundamentos, eis o que as escutas realizadas permitiram entender como sendo a vocação da Uema:

Produzir e difundir conhecimento orientado para a cidadania e formação profissional, por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento do Maranhão.

A visão institucional é responsável por nortear a Universidade, expressando as convicções que direcionam sua trajetória. Para a concepção de uma Visão da UEMA, buscou-se compreender os propósitos e a essência motivadora das suas ações e do seu

cotidiano na tentativa de promover o desenvolvimento do Maranhão. Deste processo, surgiu a convicção de tornar-se referência na produção de conhecimentos, tecnologia e inovação, de forma conectada com o contexto no qual a UEMA está, física ou virtualmente, inserida. Por essa interpretação da realidade e com o horizonte à vista, vislumbra-se:

Ser uma instituição de referência na formação acadêmica, na produção de ciência, tecnologia e inovação, integrada com a sociedade e transformadora dos contextos em que se insere.

Fonte. PDI-UEMA

## **4. O CURSO**

### **4.1 Histórico do Curso**

O Curso de História do CESC/UEMA tem sua trajetória relacionada à do próprio Centro, cujo modelo educacional original insere-se no contexto sociocultural brasileiro da segunda metade da década de sessenta e que na conjuntura de 2018 completa 50 anos de existência.

A educação na década de 60 foi pensada para servir de alicerce aos valores e competências a serem estabelecidos na ordem política, de planificação e condução do Estado. A orientação do sistema escolar seguiu em direção a uma pedagogia conservadora, pautada no civismo, a partir da escola primária. O aprimoramento das técnicas de ensino, o incremento do Ensino Médio e a formação de professores, entre outras medidas, visaram promover, em todos os Estados, a integração ao eixo da *ideologia desenvolvimentista* propagada na década de 60 pelo Governo Militar.

O modelo econômico desenvolvido no país pretendia buscar na educação condições para operar o *milagre* de transformação do social, que passa a ser desenvolvido em consonância com técnicas modernas, operacionalizadas por especialistas competentes. A meta era a emergência das condições de bem-estar social, a fim de legitimar o modelo político do momento.

Para garantir o *milagre*, o Governo Militar edita Atos Complementares e Institucionais, sendo o mais severo o AI-5. Esses instrumentos jurídicos, emitidos à

revelia do Congresso Nacional, eram regulamentados por Decretos ou Decretos-Leis, normatização de ações plenipotenciárias, inclusive sobre a Universidade, de modo a manter o controle ideológico em relação ao ensino, a pesquisa e a produção científica, nos seguintes apelos:

Art. 1º - Todos aqueles que, como professor, funcionários ou empregado de estabelecimento de ensino público, incorrerem ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamentos em Atos Institucionais, ficam proibidos de exercer, a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades, em estabelecimentos de ensino e fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa [...].<sup>11</sup>

A publicação dessa norma resultou em uma série de protestos da comunidade científica frente aos instrumentos legais, associando-se com as pressões decorrentes da demanda reprimida em torno da Universidade. Para responder a essas demandas, o poder central amplia o acesso ao Ensino Superior, promovendo a proliferação das universidades públicas de caráter fundacional, como também as Faculdades isoladas privadas, justificando as últimas pela impossibilidade que apresentava as universidades públicas de absorver a demanda existente.

A ampliação dos cursos de graduação ignorou os padrões mínimos de qualidade, implicando em efeitos ainda hoje presentes, como a dissociabilidade do trinômio ensino-pesquisa-extensão, o que pode ser constatado na criação dos cursos de licenciaturas curtas, preconizados na Lei da Reforma Universitária nº 5.540/68, em cuja essência consta:

[...] cursos de curta duração (2 anos), a licenciatura (4 anos) e pós-graduação entre 2 a 4 anos adicionais, implantação dos cursos básicos, sistema de créditos (o que implicava a dissolução dos cursos feitos em classes seriadas e a matrícula por série). Propõe-se a departamentalização e, com isso, a extinção da cátedra, segue-se a forma jurídico-administrativa da fundação. (FREITAG – 1980, p. 83).

---

<sup>11</sup> Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, pub. DOU, de 1.10.1969.

A Reforma Universitária e os projetos respaldados pelo acordo MEC/USAID, através da SUDENE, propiciaram ao Governo Estadual a concretização do plano educacional, através da implantação de programas com vistas à superação do analfabetismo/Projeto João de Barro, ampliação da rede escolar do Ensino Médio/Projeto Bandeirantes e a interiorização do Ensino Superior. A implantação do Projeto Centauro teve, como definição, a instalação da FFPEM na cidade de Caxias, localizada a leste do Estado, às margens do Rio Itapecuru, segunda cidade em importância política e econômica do Maranhão neste período.

Com base na Lei Estadual nº 2.821, de 23 de fevereiro de 1968, foi criada a FFPEM como unidade educacional, de natureza técnica e autárquica, com autonomia didática, administrativa e disciplinar, cumprindo a função de compatibilizar a educação local à nacional, sob o respaldo do art. 85, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (LDB), base legal para o convênio estabelecido entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, gerando os cursos de Ciências Naturais, Letras, Estudos Sociais e Pedagogia.

A FFPEM foi criada com o objetivo de preparar os novos profissionais que iriam atuar no mercado em desenvolvimento. No período de outubro de 1968 a maio de 1969, funcionou, nesta cidade, um pré-vestibular com 146 alunos para o 1º Concurso Vestibular, realizado de 10 a 12 de maio de 1969, sendo 92 candidatos aprovados na seleção. Sem preencher o total de vagas oferecidas, um 2º seletivo foi realizado em 26/01/1970, sob a coordenação da USP, que se restringiu a uma entrevista com os candidatos, “sob o argumento de que os cursos seriam mecanismos de seleção” (FONSECA, 1985, p. 46). Aprovados mais 32 candidatos, foram iniciadas, em 6 de janeiro, as atividades do Curso Intensivo para o exercício letivo de 18 meses, com carga horária de 2.163h/a e 134 créditos (Ver anexo I).

As dificuldades sociais, resultantes do sistema excludente, corroboraram para o vaticínio dos professores da USP, e parcela do alunado não escapou da incrustada ação seletiva, arcando com o ônus de não terem sido “capazes” de vencer aos desafios do curso. Como exemplo das dificuldades encontradas pelos alunos matriculados nos cursos oferecidos, os 59 discentes inscritos em Estudos Sociais 37 evadiram, no percurso de oito meses de aulas.

Findado o convênio com a USP, em abril de 1971, os cursos foram suspensos e retomados mais tarde por professores auxiliares da base local e da UFPI, complementando a carga horária em dezembro daquele ano, quando concluídos os Cursos Intensivos. Em seguida, foram criados 2 (dois) regimes de cursos: Regular (ano letivo) e Parcelado (período de férias), tendo estes iniciados em 13/12/1971, mediante convênio com o Ministério de Educação e Cultura/Secretaria de Educação e Cultura (Projeto: Implantação e Ampliação do Ensino Fundamental / Subprojeto: Habilitação de Professores dos Ginásios Bandeirantes), havendo a instituição do Departamento de Estudos Sociais. O Curso Parcelado tendo por amparo a Lei 550/68, de 28/11/68, instaurou-se na sistemática de 3 (três) etapas ou 2 (dois) anos. A primeira etapa ocorreu entre 13/12/71 a 25/03/72, com 600h; a segunda etapa, de 13/12/72 a 03/03/73, também com 600h; a terceira etapa, 12/10/73 a 03/1974, integralizando a carga horária de 2.040h e 136 créditos.

O Curso de Estudos Sociais, no sistema Parcelado, graduou docentes para atuarem em Caxias e em municípios circunvizinhos como: Aldeias Altas, Coelho Neto, Codó, Imperatriz, Buriti Bravo, Timon, Timbiras, Bacabal, Coroatá, Parnarama, Colinas, Matões, Teresina, União, Barão de Gurguéia, entre outros.

No decorrer do curso, foi corporificada a ideia de que apenas os melhores lograriam êxito na escola e na vida, sendo natural o fracasso. O baixo aproveitamento no processo ensino-aprendizagem teve como implicação imediata o fato de que apenas 18 alunos do Curso de Estudos Sociais concluíram a licenciatura.

Atendendo às regras estabelecidas pela Lei 5.692/71, a FEC reforça a estratégia do regime de formar docentes que possam garantir um fazer escolar capaz de produzir o consenso tácito e/ou expresso, mediante a submissão de setores da sociedade ao projeto político nacional. Em conformidade com as exigências legais, o Curso de Estudos Sociais foi marcado pela periodização, pelo sistema de créditos, pré-requisitos e co-requisitos.

O currículo guardou correspondência ao mínimo fixado pelo Parecer do MEC, incluídas as matérias: Fundamentos de Ciências Sociais, Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica, como prática educativa compatível com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, de modo que: “No sistema de ensino

superior, inclusive pós-graduação, a Educação Moral e Cívica será realizada como complemento, sob a forma de Estudo de Problemas Brasileiros, sem prejuízo de outras atividades culturais visando o mesmo objetivo” (Art. 3º, § 2º Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969).

Sob tais pressupostos, os currículos e programas básicos, com as respectivas metodologias, passaram a ser elaborados pelo CFE, através da Comissão Nacional de Moral e Civismo, formada por membros de ESG / ADESG, nomeada pelo Presidente da República, a partir de anteprojeto do ensino de Educação Moral e Cívica, elaborado por essa Comissão, e que foi a base do decreto-lei 869/69.

A formação universitária, nesse tipo de licenciatura, orientou a uma prática pedagógica, que privilegiava um ensino pautado na mera reprodução memorística dos conteúdos, dissociando-os do contexto social. Essa formação e seus efeitos, no exercício da atividade profissional, promoveram uma desvalorização e desqualificação do professor de modo geral, favorecendo a proletarização da categoria e do professor de História em particular.

O programa de implementação do projeto desenvolvimentista do Estado, promotor da criação de faculdades isoladas, fez surgir a necessidade de uma coordenação que unificasse o sistema superior do ensino. Dessa forma, a Escola de Administração Pública do Estado do Maranhão (Lei nº 2.728/66), a Escola de Engenharia do Maranhão (Lei nº 2.740/67) e a Escola de Agronomia do Maranhão (Lei nº 3.003/69), situadas na capital e no interior, a Faculdade de Formação de Professores do Ensino Médio (Lei nº 2.821/68), com a denominação de Faculdade de Educação de Caxias foram agregada a FESM, criada através da Lei. nº 3.260/72.

No início da década de oitenta, quando a Ditadura deu sinais de falência, esse modelo adotado pelas instituições educacionais superiores passou a entrar em crise, face às reivindicações construídas em torno do Ensino Superior, evidenciadas na luta dos docentes das Universidades do Sul e Centro-Sul do país. A conjuntura nacional inspirou nos docentes do Ensino Superior de Caxias ações que buscavam mudança no sentido de atribuir à educação uma função mais condizente com as necessidades e expectativas geradas no momento. Assim, acompanhando o movimento, desencadeado a nível nacional, teve início, na FESM e, portanto também na FEC, discussões a respeito da



necessidade urgente de planificação das licenciaturas curtas e da transformação da FESM em UEMA, sendo esta última reivindicação garantida através da Lei nº 4.400/84, trazendo, no bojo, a transformação da FEC em UEEC.

A superação do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais deu-se via conversão da Licenciatura Curta em Licenciatura Plena em Estudos Sociais, segundo orientação do CEE e o CFE, com as habilitações: História, Geografia e Educação Moral e Cívica pleito deferido através da Portaria nº 502/852 – MEC, de 03 de julho de 1985 (DOU, em 4 de julho de 1985), com as prerrogativas do Decreto 83.857/79. Frustrada a proposta original de planificação dos Cursos, nova propositura é encaminhada ao CFE, buscando o estabelecimento dos Cursos de História e Geografia Licenciaturas, em substituição ao Curso de Estudos Sociais Licenciatura, tendo o deferimento da solicitação através do Parecer 702/91 – CFE, de 7 de novembro de 1991, sem, contudo, suprimir o Curso de Estudos Sociais.

O curso de História do CESC/UEMA muda sua natureza pela Portaria Nº 502/85 – MEC, deixando de ser curso de História Licenciatura Plena para Curso de Licenciatura, tendo seu início de funcionalidade em 03/03/1986, modalidade presencial, com autorização de oferecimento de vagas de 80 anuais, com período de integralização de 04 anos.

Na organização curricular, as matérias foram desdobradas em disciplinas, respeitando o sistema de pré-requisitos, de modo a assegurar a organização lógica dos conhecimentos. A estrutura curricular do Curso de Licenciatura Plena em História, na primeira proposta, esteve composta de 39 disciplinas, com carga horária total de 2.595 horas/aulas em 173 créditos, excluídas as horas destinadas à Educação Física e Estudo de Problemas Brasileiros. A carga horária total apresentou-se distribuída em 8 períodos com prazo máximo de integralização curricular de 7 (sete) anos e mínimo de 3 (três) anos e meio.

As disciplinas do currículo mínimo perfaziam uma Carga Horária de 1.020 horas/aulas, com 68 créditos. As disciplinas complementares obrigatórias totalizavam uma Carga Horária de 975 horas/aulas, com 65 Créditos. As disciplinas de formação pedagógica somavam uma Carga Horária de 600 horas/aula, com 40 Créditos.

Em 1993, essa estrutura curricular sofreu alterações, originando um novo currículo. As mudanças ocorridas justificaram-se na necessidade que apresentava a UEMA de adequar as licenciaturas às Diretrizes do Plano Decenal de Educação para Todos – 1993/2003-MEC, o que levou a Pró-Reitoria de Graduação a convocar a Direção dos Centros de Estudos para um Seminário de Reformulação Curricular, nos dias 13 e 14 de outubro de 1994. Desse Fórum saíram orientações que fundamentaram a nova proposta curricular, aprovada pelo CEPE e homologada pelo CONSUN. A nova grade curricular entrou em vigor no primeiro semestre de 1995, sendo que seu ementário foi reconhecido oficialmente, através da Portaria n.º 476/92-ME.

Esta estrutura curricular era composta de 40 disciplinas, com carga horária de 2.865 horas/aula (excluídas as horas destinadas a Educação Física) e 173 créditos, distribuída em 8 períodos com prazo máximo de integralização curricular de 7 (sete) anos e médio de 4 (quatro) anos; sendo destinadas 40 vagas por semestre. Esta estrutura curricular permeou o cotidiano do Curso de História do CESC\UEMA entre os anos de 1993 e 2011.

Entre 2010 e 2011 o colegiado de curso atuou na realização de estudos e de proposta de uma nova estrutura curricular que atualizasse o Projeto Pedagógico do Curso. Esta nova proposta foi aprovada pelo CEPE e CONSUN e em seguida direcionada ao Conselho Estadual de Educação, entrando em vigência no ano de 2012. .

Mas a vigência dessa estrutura curricular foi de pouca duração, pois os debates e as novas demandas no âmbito da UEMA giravam em torno da unificação das estruturas curriculares dos diversos cursos da instituição, que precisavam ser homogêneos, dirimindo todas as dificuldades no âmbito operacional do setor acadêmico da instituição. Neste sentido os três cursos de História: São Luís, Imperatriz (atual UEMASUL) e Caxias; realizaram encontros e debates que resultaram na unificação curricular que entrou em vigor em 2014.1.

Atualmente o Curso de História do CESC\UEMA encontra-se em fase de renovação de reconhecimento junto ao CEE. Portanto as discussões e atualizações do Projeto Pedagógico do Curso tornam-se urgente, levando-se em conta o histórico do Curso, a importância e as demandas das Licenciaturas em pleno século XXI, mas sem perder de

vista a continuidade da unificação curricular no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão.

#### **4.2 Políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa**

O projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Será estimulada a inclusão e a valorização das dimensões ética e humanística na formação do estudante, desenvolvendo atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade. Tal formação também será assegurada por meio do vínculo institucional, das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa. Serão estimulados também no currículo, os princípios de flexibilidade e integração estudo/trabalho.

No ano de 2014, o grupo de pesquisa foi contemplado com um laboratório no pavilhão F do campus Caxias, chamado de LHOI- Laboratório de História Oral e Imagens. Projeto Caxias através de imagens, em parceria com a Secretária Municipal de Cultura, contando com dois bolsistas Adriano Abreu e Elane dos Santos Ribeiro, com duração de um ano – 2015.

Realização do Seminário de Memórias, que terá sua V edição em 2018, cabendo aqui ressaltar que, desde 2015, uma das metas do grupo é a publicação do resultado do seminário, a primeira ideia seria com os anais do evento, mas resultou em um livro com a participação de alunos, ex alunos e professores da casa, sendo o primeiro lançado em 2016, cujo título é: “CAXIAS, histórias, memórias e outros saberes” e o segundo livro em 2017, “Esquinas do tempo e narrativas de Caxias”.

Participação em livros pela UFCE (Auto) Biografias e Formação Docente. Fortaleza: EDUECE, em 2015.

Ciclo de palestras, visando trazer a nossos alunos os temas mais variados além de atualizar os mesmos no que está sendo estudando e debatido.

Participação em eventos fora do Estado do Maranhão;

-XIII Encontro de História da Educação de Viçosa- CE. Afeto, Razão e Fé: Caminhos da História da Educação, 2014

-Congresso Internacional Artes, Patrimônio e Museologia, 2017- Parnaíba-Pi

-Encontro de História da Educação em Icó-Ce.

Realização do Café Histórico, que já se encontra em sua VI edição, visando integrar os alunos através de palestra com personalidades locais.

Parceria com o Serviço Social do Comércio - SESC, com o Cine - Sesc, entre os anos de 2015 e 2016

Projeto Memórias de professores, que tem como bolsista o Adão da Silva Severino, de 2016 a 2017

Projeto com a bolsista Yana Lia, de fotografar as escolas de Caxias desde a zona urbana até a rural.

Projeto “guardando a memória”, desenvolvido dentro do grupo com todos os integrantes de resgate da memória oral, onde entrevistamos personalidades caxienses com idades de 60,70,80,90 e 100 anos.

As linhas de pesquisas dos grupos são:

- História da Educação
- História e cidade
- História e patrimônio
- Maranhão colonial
- História e poder

#### **4.2.1 Políticas de Ensino**

No âmbito do curso de História Licenciatura, existem atividades integradoras relacionadas ao currículo. Além disso, existem políticas implementadas pela Pró-reitoria de Graduação tais como:

- o Programa Reforço e Oportunidade de Aprender (PROAprender), criado pela Resolução nº 990/2017 – CONSUN/UEMA com o objetivo de implementar ações pedagógicas para elevar o rendimento e desempenho acadêmico dos estudantes; aprimorar e desenvolver habilidades e competências dos estudantes relacionadas ao processo de aprendizagem de conteúdos básicos referentes aos

diversos componentes curriculares dos cursos de graduação da Uema; diminuir a evasão e a permanência de estudantes com índice elevado de reprovação.

#### **4.2.2 Políticas de pesquisa**

As políticas institucionais para a consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica, há o Programa de Bolsa Produtividade desde 2016, nas categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisador Júnior. A finalidade do Programa é a valorização dos professores pesquisadores que tenham destaque em produção científica e formação de recursos humanos em pós-graduação *stricto sensu*.

Há também uma ação que estimula a produção acadêmico-científica dos professores por meio de uma bolsa Incentivo a Publicação Científica Qualificada pagas por publicação de artigos acadêmicos com Qualis A1 a B3 na área de formação/atuação do pesquisador; inclusão do pagamento de Bolsas por livro ou capítulo de livro publicado; inclusão do pagamento de apoio a tradução de artigos científicos, para publicação em língua estrangeira.

Por sua vez, é incentivada a participação de pesquisadores e alunos da Universidade em redes de pesquisa nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio e fortalecendo os grupos de pesquisa existentes, além de estimular a criação de novos grupos, garantindo as condições para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, existe também o incentivo à participação dos estudantes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBID). Durante o curso, em articulação com as atividades de ensino, deverão ser estimuladas atividades de pesquisa, por meio da iniciação científica, em que os alunos bolsistas (CNPQ, FAPEMA, UEMA).

Podem ser consultada no Apêndice I deste documento uma tabela com os grupos de pesquisas constituídos pelos docentes deste curso.

Há um laboratório de História (LHOI): Laboratório de História Oral e Imagens. O laboratório é o suporte do grupo de Pesquisa Histórias do Maranhão (cadastrado na plataforma lattes do CNPQ). Uma construção iniciada pela UEMA em 2013 e finalizado em 2014. O Laboratório é fruto da iniciativa das professoras Salania Maria Barbosa Melo e Jordânia Maria Pessoa, que pensaram em organizar um acervo de fontes para os alunos do CESC-UEMA pudessem pesquisar sem precisar se deslocar até São Luís.

Como fruto dessa iniciativa, pleitearam junto a instituição FAPEMA (Fundação de Amparo a Pesquisa no Maranhão) no ano de 2012 um projeto intitulado “A memória de Caxias e sua conservação no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias- IHGC”, contado com 3 bolsistas com Bolsa de Auxílio Técnico Integral para alunos egressos (BATI) e 9 bolsistas com Bolsas de Iniciação Científica para graduandos (PIBIC).

#### **4.2.3 Políticas de extensão**

As atividades de extensão são desenvolvidas nas comunidades locais, com ações voltadas para as escolas públicas, logradouros públicos, coordenadas por professores vinculados ao Curso. Existe o Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão - PROEXAE. Tem como objetivo conceder bolsas de extensão a discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UEMA, contribuindo para a sua formação acadêmico – profissional, num processo de interação entre a Universidade e a sociedade em que está inserido, por meio do desenvolvimento de projetos de extensão. A bolsa é concedida ao aluno da UEMA entre o segundo e o penúltimo período, indicado pelo professor coordenador do projeto, com vigência da bolsa de 12 (doze) meses. Para socialização desses projetos é realizado anualmente a Jornada de Extensão Universitária, promovido pela PROEXAE, no qual são apresentados os resultados obtidos na realização de projetos de extensão que envolvem docentes, discentes e comunidade, sendo obrigatória a participação de todos. Nela é concedida premiação aos melhores projetos desenvolvidos no período.

#### **4.3 Atendimento Educacional Especializado**

A Educação Especial, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação.

Nas diretrizes desta política é possível visualizar o grande enfoque destinado ao atendimento educacional especializado (AEE) cabendo à educação especial realizá-lo, utilizar serviços e recursos próprios desse atendimento e orientar alunos e professores quanto à utilização destes serviços e recursos em sala de aula (BRASIL, 2008). De acordo com o Decreto nº 6.571/2008:

**Art. 1**

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

O atendimento educacional especializado, no contexto da nova política, acaba por se configurar como espaço privilegiado da educação especial e de sua responsabilidade. Destaca-se o caráter complementar e suplementar deste atendimento (e não mais substitutivo), a natureza das atividades que se diferenciam das realizadas em sala de aula e a articulação deste atendimento com a proposta pedagógica do ensino comum.

Diante dessas afirmações, o supracitado atendimento se apresenta como uma política pública na implementação e organização dos serviços em educação especial, caracterizando e delineando tanto os serviços como os sujeitos da educação especial que são atendidos neste espaço.

Ciente das demandas de formação na área de Educação faz-se necessário oportunizar aos acadêmicos o desenvolvimento das competências necessárias para organizar o trabalho pedagógico numa perspectiva inclusiva com vista a atender os estudantes com necessidades educacionais especiais, considerando suas singularidades e necessidades em prol de sua plena acessibilidade ao currículo e sua formação para a cidadania e mundo do trabalho.

A Universidade é um espaço de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a todos. A inclusão social deve ser um dos pilares fundamentais de sua filosofia, possibilitando que todas as pessoas façam uso de seu direito à educação.

Dentre as políticas de Educação Inclusiva estão àquelas relacionadas aos alunos com necessidades especiais (tais como visuais, auditivas e de locomoção), assim como aquelas condizentes com a política de inclusão social, cultural e econômica. Implicando a inserção de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requer sistemas educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade de alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades.

O compromisso da UEMA com essas questões está explicitado no Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais. Desde o momento em que foi aprovada a Resolução nº 231/00 de 29 de fevereiro de 2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial, esta tem sido uma das premissas do desenvolvimento desta IES. Dentre outras ações afirmativas, a resolução assegura condições de atendimento diferenciado nos campi da Instituição para estudantes com necessidades especiais.

A existência de condições de acesso fortalece o compromisso institucional com a garantia de acessibilidade. Diante disso, foi instituído pela Resolução nº 886/2014 de 11

de dezembro de 2014, a Comissão de Acessibilidade como segmento do Núcleo de Acessibilidade da UEMA (NAU), vinculado à Reitoria.

O NAU tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com necessidades educacionais especiais no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. O Núcleo operacionaliza suas ações baseado em diretrizes para uma política inclusiva a qual representa uma importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas com necessidades educacionais especiais. O objetivo do NAU é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão social e acadêmica nesta Universidade.

Outras políticas institucionais de apoio ao discente, quanto à permanência, implementadas foram: a criação do Programa Bolsa de Trabalho (Resolução nº 179/2015 - CAD/UEMA); a instituição do Programa Auxílio Alimentação, como incentivado pecuniário mensal de caráter provisório em campi em que não existem restaurantes universitários (Resolução nº 228/2017 - CAD/UEMA); o Programa Auxílio Moradia, viabilizando a permanência dos estudantes na universidade cujas famílias residam em outro país, estado ou município diferente dos campi de vínculo (Resolução nº 230/2017 - CAD/UEMA); o Programa Auxílio Creche que disponibiliza ajuda financeira aos discentes (Resolução nº 229/20157 - CAD/UEMA); criação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional para discentes dos cursos de graduação e pós-graduação (PROMAD).

#### **4.4 Filosofia, referenciais epistemológicos e técnicos do curso**

Nos quatro princípios propostos pela Comissão Internacional Sobre Educação Para o Século XXI (UNESCO) – **aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser** – está a perspectiva que compete à educação fornecer aos diferentes sujeitos sociais conhecimentos, habilidades e atitudes que lhes permitam atuar, proativamente, em um mundo de alta complexidade técnica e material e grandes pluralidades culturais. Esses pilares da educação não apresentam uma ordem de importância, não podendo ser apreendidos de maneira isolada.

Devem ser compreendidos e praticados de forma integrada, para que possam proporcionar aos indivíduos uma educação holística. Por educação holística fica entendida a formação humana integral, que possibilita a produção do conhecimento intelectual e técnica, dotando os sujeitos com capacidades para agir com segurança, respeito as diferentes necessidades e interesses e, acima de tudo, comprometidos com a formação de sociedades justas, democráticas e inclusivas.

Os saberes, práticas e compromissos defendidos pela UNESCO para a formação do cidadão no século XXI estão contemplados no campo da História, nas



orientações contidas na **Base Nacional Curricular Comum - BNCC**. O documento normativo ao estabelecer o conjunto orgânico de aprendizagens essenciais para essa área de ensino apresenta como diretrizes à produção dos saberes histórico e historiográfico, uma compreensão integrada entre passado e presente, bem como a necessidade do entendimento da multiplicidade de formas de apreensão dos processos históricos.

A História, área de produção de conhecimento voltada a reflexão e análise dos processos culturais, das trajetórias dos povos, das formações de sujeitos e instituições políticas e sociais, deve permitir ao “historiador indagar com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas[...]” (BNCC, 2017, p.347). Necessita, também, criar oportunidades para o respeito às diferenças, para a manifestação de cordialidades e solidariedades, especialmente nas situações de tensão e conflitos.

Essa filosofia de ensino possibilitará uma prática pedagógica, na qual o processo ensino-aprendizagem se realize com os sujeitos assumindo uma postura de agentes em relação aos conteúdos que integram a grade curricular da educação Básica. É objetivo ainda, que a formação fundamentada nessa filosofia permita ao cidadão compreender seu lugar no mundo, suas capacidades, seus direitos e deveres. Será com o propósito de contribuir para essa finalidade que se passará a discorrer sobre os fundamentos éticos, políticos, epistemológicos e os didáticos – pedagógico, a seguir:

Em matéria de fundamentação teórico-metodológica do conhecimento histórico, um consenso pode ser identificado: a avaliação positiva produzida pelos profissionais da área sobre os novos modelos de ensino, pesquisa e da produção historiográfica construídos sob as influências das escolas de matrizes francesas, anglo-saxônicas, norte-americana e alemã. A renovação didático-pedagógica experimentada pelos profissionais de História que atuam hoje no âmbito das instituições de ensino em todos os níveis resulta de mudanças paradigmáticas promovidas tanto no campo da História como nas áreas que interagem com esse conhecimento, a exemplo da Educação e de tantas outras pertencentes às Ciências Sociais e Humanas. Poderia dizer-se que tais mudanças estão relacionadas à formação de novas concepções de mundo, de formas diferentes de pensar e agir e outras maneiras de percepção da vida.

Esse paradigma vem sendo incorporado às especificidades sócio educacionais brasileiras, produzindo em algumas experiências resultados bastante positivos e, em

outras, efeitos não muito animadores em razão de fatores como: perfil sociocultural dos sujeitos escolares, infra-estrutura precária, formação profissional insuficiente para lidar com propostas curriculares pautadas na integração, autonomia, trabalho coletivo, cooperação, solidariedade e democracia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Curricular Comum estabelecem que um dos importantes objetivos de História na Educação Básica é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época, os interesses e os lugares nos quais vivem.

A busca pela autonomia estabelece a necessidade de identificação das bases epistemológicas da História, ou seja: a compreensão que nessa área de ensino sujeito e objeto de conhecimento apresentam natureza compartilhada; a noção múltipla do tempo histórico, superando a compreensão linear que o campo possuía dessa variável; a noção de documento como suporte das relações sociais, ampliando as possibilidades de entendimento sobre os diferentes processos históricos que envolvem a humanidade e, o entendimento dos várias formas de linguagens através das quais os homens interagem com o mundo.

Ancorada nessa perspectiva epistemológica, encontra-se a ideia que o profissional de História necessita ampliar sua linguagem discursiva, desenvolvendo domínio de técnicas e conhecimentos semânticos, semióticos e estéticos que serão aplicados nas análises dos textos de naturezas variadas - literatura, poesia, normas, lógicos matemáticos, iconografia, audiovisual, etc., possibilitando o que Rösen definiu como uma aprendizagem histórica, um “processo de formação da identidade e orientação históricas mediante as operações da consciência histórica” (RÜSEN, 2012, p.72).

#### **4.5 Competências e habilidades**

Ao objetivar que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar entre muitas, uma maneira de refletir sobre o passado e o presente, o a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Curricular Comum propõem que a História seja uma ferramenta de otimização da compreensão das experiências humanas e sobre o mundo em que se habita. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de História da Uema objetiva desenvolver competências e habilidades que se encontram

consolidadas na Base Nacional Curricular Comum e em outras normas nacionais, expostas a seguir:

- Reconhecer que diferentes sujeitos possuem percepções diferenciadas da realidade, estejam eles inseridos no mesmo tempo e espaço ou em tempos e espaços diferentes.
- Selecionar e descrever registros de memória produzidos em diferentes tempos e espaços, bem como diferentes linguagens, reconhecendo e valorizando seus significados em suas culturas de origem.
- Estabelecer relações entre sujeitos e entre sujeitos e objetos, e seus significados em diferentes contextos, sociedades e épocas.
- Colocar em sequência, no tempo e no espaço, acontecimentos históricos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como criticar os significados das lógicas de organização cronológica.
- Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
- Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- Descrever, comparar e analisar processos históricos e mecanismos de ruptura e transformação social, política, econômica e cultural.
- Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
- Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos próprios à produção do conhecimento historiográfico.
- Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para interferir no cotidiano.
- Desenvolver saberes para o uso das linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico.

- Usar de forma competente a língua portuguesa para comunicar e estruturar o pensamento lógico e estético.

#### **4.5 Objetivos do curso**

O ritmo alucinante do século XX modificou não apenas a base material da sociedade moderna, mas também as condições de circulação e troca dos bens simbólicos, intensificadas com o desenvolvimento dos meios de transporte e com comunicação global. O efeito mais importante e visível destas alterações manifesta-se nas condições em que se processa a experiência humana: a relação tempo - espaço. A percepção destes dois elementos integrados à vida do homem produz a impressão que ambos sofrem uma irreversível mudança de ordem contrária: de um lado, tem-se a sensação da supressão do espaço; do outro, a inversa percepção da ampliação do tempo disponível para o exercício de atividades variadas, sejam elas construtivas ou reiterativas. Na perspectiva de atender às novas demandas em relação à formação de profissionais na área da História, o Curso de História Licenciatura da UEMA tem como objetivos:

- Promover a formação profissional teórico – prática básica ao licenciado (a) em História.
- Possibilitar o desenvolvimento de competências e valores para que o profissional licenciado (a) seja capaz de analisar e interpretar, temas globais, regional e local.
- Fornecer fundamentos pedagógicos para formação de profissionais críticos, capazes de atuar através de uma nova leitura de mundo;
- Integrar conhecimentos teóricos e práticos na sala de aula e em outros ambientes em que o licenciado desenvolva sua prática profissional.
- Promover a integração universidade/comunidade, através de ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural e ambiental nacional.

#### **4.7 Perfil Profissional**

O Licenciado em História é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos ao Ensino de História. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da História, sobre seu desenvolvimento e suas relações com as diversas áreas; assim como sobre estratégias para a transposição do conhecimento histórico em saber escolar.

Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Ensino de História, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

#### 4.8 Caracterização do corpo discente

Para caracterizar a entrada de alunos pelo PAES entre os anos de 2010 a 2017, segue abaixo um fluxo do processo por semestre:

Quadro I - Quadro de Demandas e ofertas

Corpo Discente				
Curso: História Licenciatura				
ANO	DEMANDA	OFERTA VERIFICADA	PROCESSO SELETIVO	ANO DE INGRESSO
2016	422	68	PAES	2016
2017	388	60	PAES	2017
2018	262	35	PAES	2018

Fonte: Relatório do PAES/Uema - 2010 a 2017

ANO	VAGAS	INGRESSO	TURNO	ALUNOS MATRICULADOS/ANO	TURMAS	EVASÃO	DESISTÊNCIA	REPETÊNCIA	MÉDIA DO COEFICIENTE
2016	34	2016	Vespertino	463	16	0	8	Não informado	Não informado
2017	30	2017	Vespertino	478	16	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
2018	35	2018	Vespertino	225	Não informado	-	-	-	-

O Curso de História Licenciatura do CESC/UEMA está autorizado a realizar duas entradas anuais, sendo uma em cada semestre. Entre os anos de 2010 e 2013, foram ofertadas 40 vagas em uma entrada. Nos anos de 2010 e 2011 a oferta foi realizada para o turno vespertino; entre 2012 e 2013 foram ofertadas turmas no turno matutino e de 2014 a 2017 foram sendo alternadas ofertas nos três turnos, com uma entrada a cada semestre. Os dados permitem observar que entre 2014 e 2016 ocorreu uma redução no número de inscritos para as vagas ofertadas, fenômeno que atinge as licenciaturas de modo geral.

Quadro I - Quadro situacional das condições de oferta, ingressos e média do coeficiente

Fonte: Relatório CEG/Uema - 2016

Conforme estabelece o Art. 32 da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante desenvolvimento da capacidade de aprender, através do pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Dispõe ainda, que é finalidade desse nível de ensino possibilitar ao cidadão a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

Em relação ao Ensino Médio, o Art. 35 estabelece que essa etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos e a preparação básica para o trabalho, a cidadania e a formação humana do educando. A Lei 13.415/17 acrescentou o Art. 35 à LDB, asseverando que a Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas.

O conhecimento mobilizado nas diversas áreas do saber para atender o que determina a normativa nacional e educação para o Ensino Básico define-se como competência. Na esfera da BNCC a competência é definida como a capacidade de mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes), na solução de problemas sociais e pessoais. Esse documento informa que os alunos possuem o direito de conhecer a que estarão capacitados, com o resultado de suas aprendizagens. Por tais razões, os fundamentos didáticos, bem como as metodologias de ensino, necessitam incluir todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem na elaboração dos conteúdos escolares, por meio de técnicas de ensino e pesquisa que valorizem as relações solidárias, formações indelitárias, aspectos das formações culturais e principalmente o manuseio das novas tecnologias.

No campo da História essas diretrizes se concretizam em uma didática que integre os espaços escolares com o “mundo da vida”, através das pesquisas de campo, oficinas pedagógicas, debates e discussões, de trabalhos em grupos, de visitas a museus,

arquivos, entrevistas, estudo de documentos, capacitando os envolvidos nesse processo educacional a realização de identificações, comparações, contextualizações e interpretações fundamentais para a formação do pensamento e do conhecimento histórico crítico.

O sucesso dessa empreitada educacional exige, também, a construção de uma prática pedagógica voltada para o trabalho interdisciplinar, pautada em um planejamento compartilhado entre discentes e docentes. Outro aspecto essencial ao processo democrático de ensino está relacionado à construção de formas avaliativas que valorizem não apenas o conteúdo, mas que considerem, também, as habilidades que o aluno desenvolveu na sua formação, estimulando seu aperfeiçoamento em sala de aula e fora dela.

Tomando por base a entrada e a saída dos alunos no Curso de do CESC/UEMA, é possível realizar uma análise do rendimento do Curso e dos alunos. Apenas utilizando os dados das atas de colação de grau referentes às saídas de 2016.1 e 2016.2 e 2017.1 e 2017.2 é possível verificar que o rendimento escolar do Curso, obtido pelo número de alunos que integralizaram a estrutura curricular entre 2016.1 e 2017.2 é de mais de 65%. Esse percentual amplia-se se considerarmos a evasão que ocorre nos três primeiros semestre do curso, em torno de 15%. Os 20% dos alunos que não integralizam o curso no tempo mínimo de 4 anos, normalmente o fazem entre quinto e o sexto ano. A explicação para o atraso na integralização do curso deve-se, na maioria dos casos, a alunos que passam a trabalhar durante o dia, disponibilizando pouco tempo para o Curso. Outro fenômeno relacionada ao atraso, diz respeito ao fato de um percentual significativo desses alunos estarem matriculados em instituições privada de ensino superior, tendo que dividir o tempo entre as duas graduações.

Outro aspecto observado para a amostra analisada dia respeito ao rendimento escolar dos alunos que integralizaram o curso. O coeficiente observados nos históricos dos referidos alunos varia entre 8,61% e 6.7%. Dos concluintes, 61,6% obtiveram coeficiente de rendimento acima de 8,0 e 27,3% acima de 7,0, totalizando 88,9 por cento que obtiveram coeficiente acima de 7,0.

É necessário considerar o perfil do aluno de História do Cesc/Uema. A maioria é oriunda de famílias pertencentes aos grupos de baixa e média renda, encontrando enormes dificuldades em manterem-se no curso durante os quatro anos, sem que tenham



que buscar integrar-se ao mercado de trabalho, muitas vezes em áreas bastante diferente da do seu curso. Tentando minimizar os efeitos negativos desse quadro o Departamento de História e Geografia vem procurando orientar aqueles que necessitam de auxílio econômico para realizar a graduação, a procurarem pleitear as bolsas que integram os programas de extensão disponibilizados pela Uema, através da Pro-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.

#### **4.9 Mecanismos Avaliativos do Curso**

A autoavaliação institucional representa uma ocasião ímpar para a identificação do nível de qualidade de atuação da UEMA como formadora de recursos humanos e como propulsora do desenvolvimento do estado. A auto avaliação, levada a efeito em uma universidade que persegue uma crescente qualidade nas suas ações cotidianas, necessita ser encarada tanto como um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico como um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

A necessidade de autoavaliação transcende a obrigatoriedade estabelecida pelas exigências legais. Particularmente, nas universidades públicas, a auto avaliação deve ser vista como instrumento único e indispensável para nortear, em especial, as obrigações da busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, do aperfeiçoamento do planejamento, da gestão universitária e do fortalecimento dos compromissos sociais. Administrar uma instituição de ensino com eficiência, justiça social e responsabilidade exige um conjunto de informações objetivas e confiáveis, capazes de oferecer à comunidade acadêmica uma visão abrangente das peculiaridades da instituição.

O relatório de autoavaliação da Universidade Estadual do Maranhão, ano 2016, foi elaborado em conformidade com as determinações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, de 09 de outubro de 2014. Contou, na sua elaboração, com a participação de 3.056 discentes de graduação ensino presencial, 291 discentes de graduação ensino a distância, 6 discentes de pós-graduação *stricto sensu*, 378 docentes e 264 servidores técnicos-administrativos, representando, do universo, 24,25%, 26,36%, 1,77%, 32,96% e 41,84%, respectivamente. As informações levantadas nos diversos segmentos da comunidade universitária possibilitaram à UEMA conhecer-se melhor.

É importante enfatizar que o trabalho apresentado é uma ação, entre muitas que devem ser realizadas, para o avanço seguro e consistente do processo de autoavaliação. Os desafios são muitos e passam, obrigatoriamente, pelo caminho da autoavaliação que, com ações institucionalizadas, conduzirá ao aprimoramento da universidade.

No contexto da avaliação institucional é importante resgatar o percurso histórico da UEMA, que, na década de 1990, aderiu ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Os princípios que nortearam a proposta do PAIUB foram: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. Desse modo, o programa acima orientou a elaboração do projeto de avaliação de cada universidade que desejava, voluntariamente, aderir ao PAIUB, como ocorreu com a UEMA. Em 1996, a UEMA instituiu uma comissão para elaboração do projeto de avaliação institucional. Realizou-se, no período de 14 a 16 de abril de 1998, o I Encontro Uemiano de Avaliação, com a presença da Profa. Dra. Isaura Belloni, da UnB, consultora da UEMA para implantação do projeto de avaliação institucional, uma das maiores autoridades sobre avaliação do Brasil.

O projeto de avaliação institucional da UEMA foi então concluído e encaminhado ao Conselho Universitário, sendo aprovado pela Resolução nº 188/98 - CONSUN/UEMA. Em 2001, a UEMA despence esforços, mais uma vez, para executar o projeto de avaliação institucional que, no parecer ad hoc, recebeu críticas, conquanto tenha sido reconhecido o esforço da instituição. A universidade acolhe as recomendações, e o programa de avaliação institucional da UEMA é reformulado.

Em 2005, para atender as exigências do SINAES, foi elaborada, sob a coordenação da CPA/UEMA, uma nova proposta de autoavaliação institucional aprovada pela Resolução nº 540/2005-CONSUN/UEMA, de 18 de maio de 2005. Desde então a UEMA tem direcionado algumas ações de avaliação institucional, mas com pouca expressão do uso dos seus resultados nas ações da universidade.

Ressalte-se que o projeto de avaliação institucional aprovado em 2015 atende o que determina a lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Registra-se, ainda, que a Universidade Estadual do Maranhão, por meio da Portaria nº 375/2015-GR/UEMA, de 06 de março de 2015, instituiu a atual Comissão

Própria de Avaliação, constituída por 11 membros, 10 como representantes dos diferentes segmentos da instituição, docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos e 1 como representante da sociedade civil organizada.

Sobre as avaliações externas, o curso submete-se ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Quadro demonstrativo de notas do exame nos de 2008 a 2014.

Quanto à avaliação discente no Curso, os procedimentos e os critérios empregados são regulamentados em consonância com as Normas Gerais de Graduação estabelecidas na Resolução nº1045/2012 – CEPE/UEMA, de 19 de dezembro de 2012, e suas respectivas alterações:

- A avaliação do desempenho discente é feita durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas no período letivo;
- O rendimento escolar é apurado pela frequência e aproveitamento em cada disciplina;
- O aproveitamento será apurado através de 04 (quatro) avaliações, devendo ser consideradas as 03 (três) maiores notas;
- Os resultados das avaliações serão expressos em notas de zero a dez, admitindo-se o meio ponto, devendo a média final ser expressa em até a segunda decimal;
- Será considerado aprovado, no semestre, o aluno que obtiver média igual ou superior a sete e frequência mínima de 75% das aulas ministradas, em cada disciplina.

Alguns processos de avaliação já estão institucionalizados como a avaliação de desempenho docente, operacionalizada pela PROG (Pró-Reitoria de Graduação), semestralmente. Ao final da disciplina os alunos avaliam as disciplinas e os professores em formulário específico, de maneira quantitativa, e qualitativa. Essa avaliação constitui elemento essencial para orientar os professores e fundamentar

análise e tomada de decisão da coordenação do curso. Os resultados dessas avaliações deverão ser retornados aos docentes para que eles possam analisar e se conscientizar da sua prática docente e aplicar esse conhecimento na reformulação de sua conduta didática.

Assim sendo, o Curso com o propósito de ponderar a qualidade do ensino que oferece como garantia da efetividade acadêmica e social diante dos compromissos assumidos com a sociedade maranhense, submete-se a um processo de autoavaliação, que consiste em uma autorreflexão das políticas e ações nele implementadas.

Durante o período letivo, existe, também, a ouvidoria estabelecida pela coordenação, que busca, de uma maneira imparcial, a mediação dos possíveis conflitos existentes entre professor e aluno. A qualidade do corpo docente reflete-se no perfil de suas avaliações e na consciência da formação de estudante como professor, analista crítico da realidade política, artística e cultural. Acredita-se que o envolvimento do quadro docente na formação dos estudantes de graduação possa levar este curso a uma avaliação consecutiva máxima na prova do ENADE.

O ENADE é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Foi criado, juntamente com o Sistema Nacional de Avaliação Superior, pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Desde a sua criação, é um “componente curricular obrigatório”. Este processo substituiu o Exame Nacional de Cursos, que era um exame que tinha a função de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior do Brasil. Ele possuiu oito edições que foram realizadas anualmente pelo Inep entre os anos de 1996 e 2003. Desde 2004, o Provão foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

O histórico de índices do curso no ENADE com nota quatro nos anos de 2008 e 2011; e três nos anos de 2014, refletem principalmente nas duas primeiras notas todo o empenho de um trabalho coletivo realizado entre o corpo docente e discente, que envolve o tripé da UEMA em torno do ensino, pesquisa e extensão.

Já na nota de 2014, observamos com preocupação e com reflexões geradas principalmente no âmbito do NDE e colegiado de curso; uma curva descendente no nível do alunado que recebemos nos últimos anos da Educação Básica, principalmente no aspecto cognitivo de leitura, compreensão e produção textual. Essa constatação tem

gerado reflexões e proposições que direcionem metodologias de trabalho em sala de aula que contribuam para a solução do problema diagnosticado.

#### **4.10 Legislações aplicadas ao funcionamento do Curso**

- a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) Resolução nº 875/2014 – Estabelece procedimentos para proposição de criação de cursos de graduação UEMA;
- c) Resolução de Criação do Programa de Formação Docente;
- d) Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.);
- e) Parecer CNE/CP nº 2/2015 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;
- f) Resolução nº 1.045/2012 – CEPE/UEMA - Normas Gerais de Ensino de Graduação;
- g) Resolução nº 1.077/2013 – CONSUN/UEMA –Aprova unificação das estruturas curriculares dos cursos de graduação da UEMA;
- h) Resolução nº 826/2012 – CONSUN/UEMA – Orienta a formação de NDE nos cursos da UEMA;
- i) Resolução CONAES/SINAES nº 001/2010 – Normatiza o NDE dos cursos;
- j) Resolução nº 194/2015-CAD/UEMA - Disciplina a concessão de bolsa para estágio obrigatório de estudantes da UEMA;
- k) Lei nº 11.788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes (obrigatório e não obrigatório);
- l) Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão (obrigatoriedade do ensino de Fundamentos da Educação Inclusiva);
- m) Lei nº 5.626/2005 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de licenciatura;
- n) Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.
- o) Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de licenciatura e bacharelados (2010).
- p) Resolução N.º 1264/2017 CEPE/UEMA. Cria e aprova as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

## **5. CURRÍCULO DO CURSO**

O currículo proposto para o curso de Graduação em História Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão, levou em consideração as normas do Plano Nacional de Graduação (PNG), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como a legislação interna da instituição, mencionadas nos itens anteriores.

A duração do curso será medida em anos, horas-aula e créditos, dentro da progressão mínima e máxima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação. No Curso de História (Licenciatura) da UEMA, os limites para integralização do curso corresponderão ao mínimo de 04 anos e no máximo 06 anos. A quantidade de horas/aula total será de 3.255 horas, correspondente a 175 créditos.

### **5.1. Regime Escolar**

O regime adotado pelo Curso de História Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias, como em toda a UEMA, é o sistema de créditos, tendo as seguintes características:

1. Organização curricular flexível;
2. Organização das matérias em unidades de conhecimento denominados disciplinas;
3. Fracionamento do período letivo em unidades menores, o semestre;
4. Fixação de um critério de avaliação dos conhecimentos oferecidos através de uma unidade de valor chamado crédito;
5. Plano acadêmico individual do aluno, que a cada semestre letivo poderá fazer o seu plano de estudos, segundo suas preferências e interesses, em consonância com as diretrizes da instituição e dentro dos limites pedagógicos estabelecidos;
6. Matrícula por disciplina

O crédito é a unidade de trabalho escolar e se baseia no número de horas em que os conhecimentos são transmitidos, relacionando o número de aulas semanais com o período letivo.

O valor do crédito é determinado pela relação existente entre a participação do professor e a do aluno, na ministração da aula. Contabilizados de acordo com as normas descritas abaixo:

- 15 (quinze) horas de aula teórica são iguais a um crédito;
- 30 (trinta) horas de aula prática são iguais a um crédito;
- 45 (quarenta e cinco) horas de estágio, aula de campo, pesquisa no meio ambiente ou experiência de laboratório são iguais a um crédito.

No regime de créditos as disciplinas são ordenadas em função de pré e co-requisitos.

Entende-se por pré-requisito, uma ou mais disciplinas cujo estudo e aprovação sejam considerados prévia à matrícula em outra ou outras disciplinas, no desenvolvimento curricular.

Entende-se por co-requisito, uma ou mais disciplinas cujo estudo e aprovação sejam considerados necessidade concomitante à matrícula em outra ou outras disciplinas, no desenvolvimento curricular.

As atividades curriculares serão desenvolvidas no turno matutino e vespertino, conforme as entradas de alunos no curso após aprovação no processo seletivo (vestibular) da UEMA. Ficará a cargo do colegiado de curso aprovar o total de entrada de alunos a cada ano, depois de verificadas as condições de oferecimento de disciplinas e do próprio curso. Será permitido aos alunos cursarem durante todo o curso 03 (três) disciplinas em outro turno diferente da opção do vestibular. Em situações especiais, a decisão caberá ao Colegiado de curso.

Somente será conferido o grau de Licenciado em História ao estudante que concluir o limite mínimo de 3.255 horas, correspondentes as disciplinas obrigatórias, optativas, atividades acadêmico-científico-culturais e o trabalho de conclusão de curso (monografia). Esta carga horária vale para os alunos que ingressarem no curso a partir da vigência curricular deste projeto pedagógico.

Os alunos que ingressaram no curso em anos anteriores a vigência desta nova organização curricular deverão cumprir as exigências dos critérios de equivalência, que serão elencados na Instrução Normativa que será elaborada pelo Colegiado de Curso

após o Conselho Estadual de Educação, aprovar este Projeto Pedagógico que entrará em vigor em 2018.2.

O currículo do curso de História Licenciatura visa promover e capacitar o profissional em História para a pesquisa, docência e difusão. Por essa razão, será constituído por um conjunto de disciplinas e atividades de ensino e pesquisa. Este currículo foi organizado articulando a formação pedagógica e específica da História para a modalidade da licenciatura, com carga horária prevista de 3.255 horas, com 175 créditos.

O currículo é estruturado por conteúdos integradores e estabelece disciplinas de Núcleo Comum (NC), Núcleo Específico (NE), e o Núcleo Livre (NL), distribuídos em oito períodos, com base na Resolução CNE/CP 2/2015 e Resolução 1264/2017 – CEPE/UEMA.

O curso segue também as Normas Gerais da UEMA, pela resolução N° 1045/2012, de 19 de dezembro de 2012, que em seu Artigo 6° estabelece a composição do currículo do curso, a saber:

a) conteúdos integradores, que consubstanciarão a formação técnico-científica em determinada área do conhecimento, necessários à construção das competências gerais do profissional (núcleo comum - NC);

b) conteúdos profissionais, específicos dirigidos à efetiva preparação do exercício profissional (núcleo específico - NE);

c) conteúdos diversificados, para a ampliação de conhecimentos correlatos, permitindo a visão ética, crítica e humanística do cidadão (núcleo livre - NL);

d) atividades complementares, com vista à associação entre teorias e práticas curriculares.

A oferta de disciplinas no Curso ocorre normalmente, e seguirá essa mesma organização periodicamente, com o suporte do Departamento de História e Geografia para as disciplinas de Núcleo Específico, do Departamento de Educação e Filosofia (DEFIL) para as disciplinas do Núcleo Comum, e do Departamento de Ciências Sociais para as demais disciplinas complementares obrigatórias.



## **5.2. Temas abordados na Formação**

Teoria da História; Teoria-Geral do Estado; Fundamentos das Ciências Sociais; Economia; História das Mentalidades; História da Arte; Pré-História; História Antiga, Medieval e Contemporânea Oriental e Ocidental; História da África; História da América; História do Brasil Colônia, Império e República; História dos Negros e Indígenas na Formação da Sociedade Nacional; Democracia e Ditadura no Brasil; Escrita da História; História, Filosofia e Sociologia da Educação; Metodologia e Prática de Ensino de História; Tecnologias da informação e comunicação aplicadas ao ensino de História; Psicologia da Educação; Legislação Educacional; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

## 5.4 Matriz Curricular

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA						
Cód.	1º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Introdução ao Estudo e a Pesquisa em História	NE	60	4	0	4
2	História da Antiguidade	NE	60	4	0	4
3	Antropologia (Caxias)	NE	60	4	0	4
	Antropologia Histórica aplicada à Educação* (São Luís)					
4	Sociologia da Educação*	NC	60	4	0	4
5	Filosofia da Educação*	NC	60	4	0	4
6	Leitura e Produção Textual (São Luís)	NC	60	4	0	4
	Psicologia da Educação* (Caxias)			4	0	4
<b>SUBTOTAL</b>			<b>360</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>28</b>
Cód.	2º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	História Medieval	NE	60	4	0	4
2	História dos povos indígenas do Brasil e das Américas	NE	60	4	0	4
3	Teorias da História	NE	60	4	0	4
4	Optativa I	NL	60	4	0	4

5	História dos povos africanos	NE	60	4	0	4
	Psicologia da Educação* (São Luís)	NC	60	4	0	4
6	Currículo* (Caxias)	NC				
7	Prática Curricular na Dimensão Político-Social	NE	135	-	3	3
<b>SUBTOTAL</b>			<b>495</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>27</b>
Cód.	3º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	História Moderna	NE	60	4	0	4
2	História da América Colonial	NE	60	4	0	4
3	História do Brasil Colonial	NE	60	4	0	4
4	História do Maranhão Colonial	NE	60	4	0	4
	Metodologia da pesquisa em História	NE	60	4	0	4
5	Prática Curricular na Dimensão Educacional	NE	135	-	3	3
<b>SUBTOTAL</b>			<b>435</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>23</b>
Cód.	4º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	História da América Independente	NE	60	4	0	4
2	Teoria e Metodologia do Ensino em História*	NE	60	4	0	4
3	História do Brasil Imperial	NE	60	4	0	4
4	História do Maranhão Imperial	NE	60	4	0	4
5	História da Educação Brasileira*	NC	60	4	0	4
6	Prática Curricular na Dimensão Escolar	NE	135	-	3	3
<b>SUBTOTAL</b>			<b>435</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>23</b>

Cód.	5º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	História do Mundo Contemporâneo	NE	60	4	0	4
2	História da América Contemporânea	NE	60	4	0	4
3	História do Brasil Republicano	NE	60	4	0	4
4	História do Maranhão Republicano	NE	60	4	0	4
5	Didática*	NC	60	4	0	4
6	Tecnologias aplicadas ao Ensino de História*	NE	60	4	0	4
<b>SUBTOTAL</b>			<b>360</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>
Cód.	6º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Educação Especial e Inclusiva	NC	60	4	0	4
2	Optativa II	NL	60	4	0	4
3	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	NC	60	4	0	4
4	História da África Contemporânea	NE	60	4	0	4
5	História do Brasil Contemporâneo	NE	60	4	0	4
6	Educação e relações étnico-raciais*	NC	60	4	0	4
7	Política Educacional Brasileira*	NC	60	4	0	4
<b>SUBTOTAL</b>			<b>420</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>28</b>
Cód.	7º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Gestão Educacional e Escolar*	NC	60	4	0	4
2	Projeto de Pesquisa em História	NE	60	4	0	4
3	Arqueologia (São Luís)	NE	60	4	0	4

4	Historiografia Brasileira (Caxias)					
5	Estágio Curricular Supervisionado nos anos finais do Ensino Fundamental	NE	135	0	3	3
<b>SUBTOTAL</b>			<b>315</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>15</b>
Cód.	8º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio	NE	180	0	4	4
2	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	NE	90	0	2	2
3	Atividades Teórico-Práticas - ATP	-	225	0	5	5
4	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>			<b>495</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO CURSO</b>			<b>3255</b>	<b>152</b>	<b>23</b>	<b>175</b>

\* Disciplinas de Formação Pedagógica

## 5.2.1. Disciplinas de Núcleo Específico

NÚCLEO ESPECÍFICO					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Introdução ao Estudo e a Pesquisa em História	60	4	0	4
2	História da Antiguidade	60	4	0	4
3	Antropologia (Caxias)				
		60	4	0	4

4	Antropologia Histórica aplicada à Educação* (São Luís)				
5	História Medieval	60	4	0	4
6	História dos povos indígenas do Brasil e das Américas	60	4	0	4
7	Teorias da História	60	4	0	4
8	História dos povos africanos	60	4	0	4
9	Prática Curricular na Dimensão Político-Social	135	3	0	3
10	História Moderna	60	4	0	4
11	História da América Colonial	60	4	0	4
12	História do Brasil Colonial	60	4	0	4
13	História do Maranhão Colonial	60	4	0	4
14	Metodologia da pesquisa em História	60	4	0	4
15	Prática Curricular na Dimensão Educacional	135	0	3	3
16	História da América Independente	60	4	0	4
18	Teoria e Metodologia do Ensino em História*	60	4	0	4
19	História do Brasil Imperial	60	4	0	4
20	História do Maranhão Imperial	60	4	0	4
21	Prática Curricular na Dimensão Escolar	135	0	3	3
22	História do Mundo Contemporâneo	60	4	0	4
23	História da América Contemporânea	60	4	0	4
24	História do Brasil Republicano	60	4	0	4
25	História do Maranhão Republicano	60	4	0	4

26	Tecnologias aplicadas ao Ensino de História*	60	4	0	4
27	História da África Contemporânea	60	4	0	4
28	História do Brasil Contemporâneo	60	4	0	4
29	Projeto de Pesquisa em História	60	4	0	4
30	Arqueologia (São Luís)				
31	Historiografia Brasileira (Caxias)	60	4	0	4
32	Estágio Curricular Supervisionado nos anos finais do Ensino Fundamental	135	0	3	3
33	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio	180	0	4	4
34	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	90	0	2	2
<b>TOTAL</b>		<b>2310</b>	<b>103</b>	<b>15</b>	<b>118</b>

### 5.2.2. Disciplinas de Núcleo Comum

NÚCLEO COMUM					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Sociologia da Educação*	60	4	0	4
2	Filosofia da Educação*	60	4	0	4
3	Leitura e Produção Textual (São Luís)	60	4	0	4
4	Psicologia da Educação* (Caxias)	60	4	0	4



5	Psicologia da Educação* (São Luís)	60	4	0	4
6	Currículo* (Caxias)	60	4	0	4
7	História da Educação Brasileira*	60	4	0	4
8	Didática*	60	4	0	4
9	Educação Especial e Inclusiva	60	4	0	4
10	Gestão Educacional e Escolar*	60	4	0	4
<b>TOTAL</b>		<b>600</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>40</b>

## 5.2.3. Disciplinas de Núcleo Livre

<b>NÚCLEO LIVRE</b>					
<b>Cód.</b>	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CH</b>	<b>Créditos</b>		<b>Total</b>
			<b>Teóricos</b>	<b>Práticos</b>	
1	Tópicos Emergentes em...	60	4	0	4
2	História e Literatura	60	4	0	4
3	Patrimônio Cultural	60	4	0	4
4	Educação a Distância	60	4	0	4
5	História e Cinema	60	4	0	4
6	História e Memória	60	4	0	4
CARGA HORÁRIA TOTAL EXIGIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR			120 h		

<b>DISTRIBUIÇÃO CURRICULAR</b>	
NÚCLEO ESPECÍFICO	2310
NÚCLEO COMUM	600
NÚCLEO LIVRE	120
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	225
<b>TOTAL</b>	<b>3.255</b>



### 5.3. Ementários e Referências das Disciplinas do Curso

<b>DISCIPLINAS</b>	
<b>1º PERÍODO</b>	
<b>INTRODUÇÃO AO ESTUDO E À PESQUISA EM HISTÓRIA</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
A passagem da hominização à humanização da história. História: conceito e epistemologia. História, tempo e periodização. As concepções de História da antiguidade ao século das luzes. Estudo dos objetos, das fontes e dos métodos em história e da intervenção do historiador na produção do conhecimento.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BASICAS:</b>	
CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.	
LAMBERT, P.; SCHOFIELD, P. História: introdução ao ensino e à prática. Porto Alegre: Penso, 2011.	
BLOCH, Marc. Apologia da História; ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.	
PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo da História: temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.	
PRIORI, Angelo. Introdução aos estudos históricos / Angelo Priori, organizador. -Maringá: Eduem, 2010.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
LE GOFF, Jacques. Memória e História. Campinas: Unicamp, 2003.	
REVEL, Jacques. "A história ao rés-do-chão" (Prefácio). IN LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio, Civilização Brasileira, 2000.	
MARTINS, Estevão C. R. O renascimento da História como ciência. In: Estevão de Rezende Martins. (Org.). A História pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010, v. 1, p. 7-14.	
<b>HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
A formação e o trabalho do historiador da antiguidade. Desconstrução da noção de “Ocidente” e “Oriente”. Discussão sobre as culturas que se desenvolveram em torno do Mediterrâneo - sociedades Mesopotâmicas, Helênica e Romana. Revisão crítica da historiografia relativa à antiguidade dita “Oriental” e “Ocidental”. Análise crítica dos discursos produzidos na e sobre a antiguidade. Análise da documentação arqueológica produzida pelas sociedades mediterrânicas da antiguidade.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BASICA:</b>	
AGOSTINHO, Santo. As confissões. São Paulo: Martin Claret, 2010.	
BULFINCH, Thomas. Mitologia: histórias e deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.	
BAKOS, Margaret. Transformações e permanências da simbologia egípcia na sociedade moderna. Vieira, Ana Livia & ZIERER, Adriana (org). IN: História antiga e medieval: rupturas, transformações e permanências: sociedade e imaginário. São Luis: Editora UEMA, 2009.	
REDE, Marcelo. Família e patrimônio na antiga mesopotâmia. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.	

VERNANT, Jean Pierre. As origens do pensamento grego. Rio de Janeiro: Difel, 2011.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>VIDAL-NAQUET, Pierre. O mundo de Homero. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.</p> <p>TRABULSI, José Antonio Dabdab. Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Edit. da UFMG, 2001</p> <p>SILVA, Maria Aparecida de Oliveira, FUNARI, Pedro Paulo. Políticas e Identidades no Mundo Antigo. São Paulo: Annablume, 2009.</p>	
<b>ANTROPOLOGIA</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
Antropologia e relação com as demais ciências; principais teóricos e conceitos; relações sociais e culturais no Brasil. Objeto na Antropologia.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. O Sociólogo e o Historiador. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012.</p> <p>EVANS-PRITCHARD, E.E. Bruxaria, oráculos e magia nos Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahaar editora, 2005.</p> <p>CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. <b>O Sociólogo e o Historiador</b>. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012.</p> <p>MELLO. Luís Gonzaga. Antropologia Cultura: iniciação, teorias e temas. 7. Ed. Petrópoles: Vozes, 2000.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia K. M. (Org) Antropologia e História: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>MELLO. Luís Gonzaga. <b>Antropologia Cultura: iniciação, teorias e temas</b>. 7. Ed. Petrópoles: Vozes, 2000.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia K. M. (Org) <b>Antropologia e História</b>: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>SANTOS, Irineia M. Franco dos. <b>História e Antropologia: Relações Teórico- Metodológicas, Debates sobre os Objetos e os Usos das Fontes de Pesquisa</b> - Revista Crítica Histórica Ano I, Nº 1, Junho/2010</p>	
<b>SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
Teorias Sociológicas da Educação. Sociedade, Educação, Cultura e valores. Estudo das concepções teóricas a educação no discurso sociológico dos autores clássicos das ciências sociais e no discurso dos autores contemporâneos. Educação, Política e sociedade: as relações no âmbito interno e externo no sistema escolar. Educação, estabilidade e conflito social.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Martins fontes. 2007.</p> <p>Durkheim, E. Educação e Sociologia. Lisboa: Edições 70. 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Marcos Marques de. Florestan Fernandes / Marcos Marques de Oliveira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.</p>	

<p>PENNA, Maria Luiza. Fernando de Azevedo / Maria Luiza Penna. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.</p> <p>SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.</p>	
<p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <p>GIDDENS, Anthony, SOCIOLOGIA, Porto Alegre, Artmed, 2005, 4ª ed.</p> <p>Moema Toscano: Introdução a Sociologia Educacional. 10a ed. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001.</p> <p>TOSCANO, Moema, SOCIOLOGIA EDUCACIONAL, Petrópolis, Vozes, 2001.</p>	
<b>FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
<p>Filosofia da Educação e suas raízes históricas. Fundamentos filosóficos da educação: concepção humanista – tradicional e moderna. A Filosofia das práxis e a dimensão ontológica da educação. Problemas básicos em Filosofia da Educação. Educando e educador: ideologia e utopia, repressão e libertação. Filosofia da educação no contexto brasileiro.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<p><b>BÁSICA:</b></p> <p>COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas. 15ed. São Paulo: Saraiva, 2000</p> <p>GHIRALDELLI, Paulo. O que é filosofia da educação. Rio de Janeiro: DP&amp;A Editora, 2003.</p> <p>MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.</p> <p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <p>ASSMANN, Hugo. Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>GHIRALDELLI JR. P. O que você precisa saber em filosofia da educação. Rio de Janeiro: DPA, 2001.</p> <p>SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores associados, 2013</p>	
<b>PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO</b>	
<b>EMENTA</b>	
<p>Contextualização e historicidade da psicologia da educação e da aprendizagem. Contexto sócio histórico, econômico-cultural da aprendizagem e seus impactos no desenvolvimento do educando. Dimensões e domínios do processo ensino-aprendizagem. Teorias da Aprendizagem e contribuições para o contexto escolar.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<p><b>BÁSICA:</b></p> <p>CAMPOS, D. M. Psicologia da Aprendizagem. 30 ed. Petrópolis, Vozes, 2000.</p> <p>CARRARA, Kester. Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo, Avercamp, 2004.</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; LOPES, Kelma Maria do Socorro. Psicologia da Educação: teoria do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. Fortaleza, EDFC, 2008.</p> <p>GONZÁLEZ REY, F. L.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Aprendendo a aprender. Guia de Formação para professores das séries iniciais, 2003.</p>	

<b>COMPLEMENTAR:</b>	
BOCK, A. M. B. (org). Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.	
POZO, Juan Ignacio. Aprendizizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Artmed Editora, 2016.	
RIZEK, Karina, MENDES, Roseana Pereira & outros: Educação de crianças e Programa de Formação de Professores de Educação Infantil. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.	
2º PERÍODO	
<b>HISTÓRIA MEDIEVAL</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
A crise do Império Romano do Ocidente. O conceito de migração germânica em oposição ao de invasões bárbaras. Os povos Germânicos na Europa Ocidental na formação do feudalismo. O cristianismo como religião de estado. A criação do Islamismo por Maomé como religião unificadora na Arábia Saudita. A Formação da Sociedade Feudal: as estruturas econômicas, sociais, mentais, religiosas e políticas. O papel da mulher na sociedade medieval. As Cruzadas e suas motivações religiosas, econômicas e políticas na relação Ocidente-Oriente.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.	
BASCHET, Jérôme. A Civilização Feudal. Editora. Globo, 2006.	
CALAINO, Daniela Bueno. História Medieval do Ocidente. Col. Serie História Geral. São Paulo; Editora Vozes, 2015.	
FORTES, Mário Jorge da Motta, MALEVAL, Carolina Coelho, OLIVEIRA, Maria do Amparo Tavares, SILVA, Andréia Crista Lopes Frazão da, SILVA, Leila Rodrigues da. (Orgs.) Idade Média: Abordagens Interdisciplinares. Rio de Janeiro: PEM, 2009.	
FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: nascimento do ocidente. SP: Brasiliense, 2001.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
BARTHÉLEMY, Dominique. A Cavalaria, SP: Ed. da UNICAMP, 2010.	
FAVIER, Jean, Carlos Magno. SP: Estação Liberdade, 2004.,	
ZERNER, Monique, org. Inventar a heresia? Editora da UNICAMP, 2009	
<b>História dos povos indígenas do Brasil e das Américas</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
A história indígena como campo de pesquisa e ensino. A presença indígena na formação do Brasil. Protagonismo das populações indígenas nos processos de contato, interação e resistência no Brasil e na América Latina. Os povos indígenas na historiografia brasileira e latino	

americana. As Políticas Indigenistas. Os índios na atualidade. Problemas e perspectivas da história indígena.

#### REFERÊNCIAS

##### BÁSICA:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

BONILLA, Heráclio (Org). **Os conquistados 1492 e a população indígena das Américas**. São Paulo: Hucitec, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012.

PROUS, André. **O Brasil antes dos Brasileiros: a pré história do nosso país**. São Paulo: Zahar Editores, 2006.

##### COMPLEMENTAR:

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios**. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de, FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. 3ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

**ARQUEOLOGIA E POVOS PRÉ-AMERICANOS**

**C.H.: 60**

#### EMENTA

História do pensamento arqueológico. Interdisciplinaridade: o diálogo entre Arqueólogos e Historiadores. Estudo e discussão sobre a utilização dos dados fornecidos pela Arqueologia para o historiador. Fundamentos teórico-metodológicos. Historiografia sobre as sociedades Pré-Americanos antes da dominação europeia; Ocupação do espaço americano; as sociedades nativas: a) as etnias b) religiosidade c) cultura.

#### REFERÊNCIAS

##### BÁSICA:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. DP&A. Rio de Janeiro. 2003.

\_\_\_\_\_. Fontes Arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bessanezi (organizadora). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

NAVARRO, Alexandre Guida. **Baixada Maranhense: a casa das estearais**. Cad. Pesq. São Luis, v. 20, n. 3, set/dez. 2013.

\_\_\_\_\_, Pedro Paulo de Abreu; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Histórico e cultural**. Rio de Janeiro. ZAHAR, 2006;



TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.	
<b>COMPLEMENTAR:</b> ARCURI, Márcia Maria. Os sacerdotes e o culto oficial na organização do estado mexicana. 2003, 264p. + anexos. Tese (Doutorado em Arqueologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2003. KRICKBERG, Walter. Mitos y leyendas de los Aztecas, Incas, Mayas y Muiscas. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2000. PROUS, André. O Brasil antes dos brasileiros. A Pré-História do nosso país. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.	
<b>TEORIAS DA HISTÓRIA</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
Novas linguagens, abordagens e metodologias de Pesquisa Histórica. Linhas de Pesquisa: História econômica, política, social e cultural; nova história; metodologia da História Oral. História comparada; Análise do discurso.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b> CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da História: Ensaios de CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. CERTEAU, Michel De. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. BARROS, José D'Assunção. O campo da História. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo da História: temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.	
<b>COMPLEMENTAR:</b> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru/SP: EDUSC, 2007. _____. Manual de Teoria da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. TOCQUEVILLE, Alexis. O Antigo Regime e a Revolução.; São Paulo: Martins Fontes, 2009.	
<b>HISTÓRIA DOS POVOS AFRICANOS</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
Hominização e emergência das sociedades africanas. África e Mundo mediterrâneo. Reinos e Impérios. Escravidão. Comércio interno e tráfico transaariano. África e Novo Mundo: comércio com os europeus e tráfico transatlântico. Diáspora africana e formação do mundo Atlântico.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b> BARBOSA, Muryatan S. <i>Eurocentrismo, História e História da África</i> . In.: <b>Sankofa</b> : revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, v. 1, p. 46-62, 2008.	

<p>DJAIT, H. As fontes escritas anteriores ao século XV. In KI-ZERBO, J (org). <b>História Geral da África: Metodologia e pré-história da África.</b> Vol. I Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>SILVEIRA, Renato da. <i>Jeje e Nagô na Costa da Mina.</i> In.: <b>O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto.</b> Salvador: Maianga, 2005.</p> <p>THORNTON, John. <i>A escravidão e a estrutura social na África.</i> In.: <b>A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400-1800.</b> Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In KI-ZERBO, J (org). <b>História Geral da África: Metodologia e pré-história da África.</b> Vol. I Brasília: UNESCO, 2010.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Quilombolas: tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori comunicação, 2006.</p> <p>DEL PRIORE, Mary &amp; VENÂNCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução à história da África. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>MATTOS, Rejane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007</p>	
<b>CURRICULO</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
<p>Conceitos e concepções. Teorias curriculares. Fundamentos e condicionantes do currículo. Planejamento e avaliação curricular.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BASICA:</b>	
<p>COSTA, Marisa Vorraber (Org.). O currículo nos limiões do contemporâneo. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2005</p> <p>ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Currículo: a atividade humana como princípio educativo - São Paulo: Libertad, 2009.</p> <p>ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil. Dos jesuítas aos anos 80. Campinas: Ed. Plano, 2004.</p>	
<b>COMPLEMENAR:</b>	
<p>FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo. Colaboração de Inês Barbosa de Oliveira. et al. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006</p>	
<b>PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO POLÍTICO- SOCIAL</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
<p>Concepções de Ensino de História. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Pedagogia de projetos na perspectiva interdisciplinar. Elaboração de projeto articulando os conteúdos com a realidade política, social e educacional.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	

**BÁSICA:**

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, 102-142.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e Ensino de História. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, 29-36.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: PERRENOUD, Philippe. A Pedagogia na escola das diferenças. Porto Alegre: Artmed, 2001.

**COMPLEMENTAR:**

ANDRÉ, M. E. D.A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e Ensino de História. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, 29-36.

RANGEL, Mary. Representações e reflexões sobre o “bom professor”. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

**3º PERÍODO****HISTÓRIA MODERNA****C.H: 60****EMENTA**

Historiografia sobre a Época Moderna da Europa Ocidental relativa às dimensões política, cultural, social a partir de três eixos centrais: 1) temporalidade e ambiente cultural: alvorecer da Época Moderna e Renascimento cultural; 2) sociedades, instituições, crises: Reformas religiosas e manifestações da cultura popular: Estados modernos - concepções de poder e de sociedades; revoluções e críticas do século XVII – revolução inglesa, Absolutismo francês, crítica ao Antigo Regime e os pressupostos do Iluminismo; 3) monarquias ibéricas dos tempos modernos: dinâmica expansionista; União das Coroas; Restauração portuguesa.

**REFERÊNCIAS****BÁSICA:**

CUNHA, Mafalda Soares da. *Introdução. A casa de Bragança – 1560-1640 – Práticas Senhoriais e redes clientelistas*. Lisboa: ESTAMPA, 2000.

DEYON, Pierre. *Políticas e práticas do Mercantilismo*. In.: **O mercantilismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

DUPLESSIS, Robert. *Mercadorias globais, consumidores locais*. In. **Afro-àsia**. Salvador: EDUFBA, 2011.

HILL, Christopher. *O período anterior a 1640*. In.: **A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FEBREV, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. Bauru: EDUSC, 2004.

**COMPLEMENTAR:**

DARNTON, R. *O Grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

<p>LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.</p> <p>WOOD, Ellen Meiksins. A origem do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p>	
<b>HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
<p>Os processos econômicos, sociais, políticos e culturais que atravessaram a consolidação do regime colonial no continente americano</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, no 61, p. 317-338 – 2011.</p> <p>FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012.</p> <p>QUIJANO, Aníbal. A Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.</p> <p>ROCHA, Márcio Pimentel. O demônio renitente: demonologia e colonização no vice-reinado do Peru (séc. XVI – XVII). Dissertação – UNESP/França, 2010.</p> <p>SLAVE VOYAGES: ARQUIVOS DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS NO ATLÂNTICO. Disponível em <a href="http://slavevoyages.org">http://slavevoyages.org</a> Acesso em julho de 2016.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>COGGIOLA, Osvaldo –Governos Militares na América Latina, São Paulo, Ed. Contexto, 2001.</p> <p>GRUZINSKI S, A colonização do Imaginário, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.</p> <p>SCHARTZ S e LOCHART J, A América Latina na Época Colonial, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002</p>	
<b>HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
<p>Interpretações historiográficas da dinâmica expansionista luso-imperial e da apropriação do espaço ultramarino, notadamente o Atlântico Norte e Sul. Configuração cultural, política e socioeconômica da terra e das gentes: conquista, concorrência, governo, administração e conflitos. Montagem, dilemas e problemas da dominação luso-imperial na América portuguesa durante o Antigo Regime: sociedade, trabalho, redes mercantis e religião. Práticas colonizadoras da América portuguesa. Emergência de ideias, crises no fim do Antigo Regime e debate historiográfico.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Vivos. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.</p>	

<p>_____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). História dos homens no Brasil. São Paulo: Unesp, 2013.</p> <p>BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis - RJ: Vozes, 2004.</p> <p>MONTEIRO, Rodrigo B; CALAINHO, Daniela B; FEITLER, Bruno; FLORES, Jorge (Org.). Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.</p> <p>____ (Org.). Revisão do paraíso; os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro, Campus, 2000.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>FREYRE, Gilberto. Casa Grande &amp; Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.</p> <p>FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo: Brasiliense, 2000.</p>	
<b>HISTÓRIA DO MARANHÃO COLONIAL</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
<p>Ocupação, colonização e povoamento do território maranhense. As diversas frentes de ocupação. As disputas pelo território. O processo de consolidação do domínio português até o fim do século XVIII.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>CABRAL, Maria do socorro. A frente de expansão litorânea; A frente de expansão na colonização maranhense: a do interior. Caminhos do gado - conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2008.</p> <p>CHAMBOULEYRON, Rafael. As sesmarias e a ocupação do território na Amazônia colonial. In.: ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SILVA Gian Carlo; SILVA, Kalina Vanderlei; SOUSA, George Felix. (Orgs). Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.</p> <p>DAHER, Andrea. O segundo Brasil francês: a França Equinocial. In.: O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.</p> <p>LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação de São Luís e seus mitos. São Luís, Lithograf: 2002.</p> <p>MEIRELES, Mario. O descobrimento – as primeiras expedições; O nome Maranhão: conjecturas sobre sua origem. In.: História do Maranhão. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>CHAMBOULEYRON, Rafael. <i>Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)</i>. In: <b>Revista Brasileira de História</b>. São Paulo, V.26, nº 52, p. 79-114. 2006</p> <p>MOTA, Antonia da Silva. Família e patrimônio no Estado do Maranhão (1740 a 1770). In: História do Maranhão: novos estudos, novas abordagens. São Luís: EDUFMA, 2001.</p> <p>SOUZA JUNIOR, José Alves de. De soldados de Cristo a soldados do Papa. In.: Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: Ed.UFPA, 2012.</p>	
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA EM HISTÓRIA</b>	
<b>C.H.: 60</b>	

<b>EMENTA</b>	
Novas linguagens, abordagens e metodologia da pesquisa em História. Linhas de pesquisas: história econômica, política, social e cultural; escola de Chicago e metodologia da História Oral, História Comparada; Análise do Discurso.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
AMADO, Janaina. Usos e abuso da História Oral. Rio de Janeiro. Ed.FGV, 2006.	
BARROS, José D'Assunção. O campo da História. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.	
BORGES, Maria Eliza Linhares. História & Fotografia. 2 ed. Ver. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (História &... Reflexões).	
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.	
MATTA, Alfredo. Novas linguagens para a História.: R.IHGB, Rio de Janeiro, a 175 (464); 267-290. Jul/ser. 2014.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (organizadores). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.	
FONTANA, Josep. A história dos homens. Bauru: Edusc, 2004.	
MARTINS, Estevão de Rezende (org.). A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.	
<b>PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO EDUCACIONAL</b>	<b>C.H.: 135</b>
<b>EMENTA</b>	
Atividades investigativas no contexto educacional, com perspectivas interdisciplinares, articulando os conteúdos já estudados.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.	
BRANDÃO, C.R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2000.	
GASPARIN, João Luiz. <b>Uma Didática para a Pedagogia Histórico- Crítica</b> . Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	
SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. E ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.	
SANTOS, C.S.G; ANDRADE, F.C.B. Representações sociais e formação do educador: revelando interseções do discurso. João Pessoa: Ed. UFPB, 2003.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
ANDRÉ, M. E. D.A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papyrus, 2009.	
DAYRELL, J. (org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2001	
GUSMÃO, N. M. M. (org.). Diversidade, cultura e educação – olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.	

<b>4 PERÍODO</b>	
<b>HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
A ruptura com as metrópoles europeias: independências, construção dos Estados e dos ideários nacionais. Relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. Autores americanos no Oitocentos.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
BARKER, Robert S. El proceso independentista de los Estados Unidos de América. In: GALEANA, Patricia. (coord). Historia comparada de las Américas. Sus procesos independentistas. México: Siglo XXI, 2010.	
PRADO, Maria Ligia. O Brasil e a distante América do Sul. Revista de História. São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2001. (Disponível na Internet)	
PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. Crise dos domínios coloniais na América. In: _____. HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA. São Paulo: Contexto. 2014.	
PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. Campanhas de independência nos vice-reinos espanhóis. In: _____. HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA. São Paulo: Contexto. 2014.	
PURCELL, Fernando. La Revolución Norteamericana y las tensiones interpretativas en su historiografía reciente. In: Revista de Historia Iberoamericana. 2008, vol. 1, no. 1.(Disponível na Internet).	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
BERBEL, Márcia Regina. Autonomia e soberania nacional às vésperas das independências iberoamericanas (1810-1824). In: PAMPLONA, Marco e STUVEN, Ana Maria. (orgs.) Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.	
CRESPO, Horacio. Proceso de independencia Argentina en el marco del Virreinato del Río de la Plata. In: GALEANA, Patricia. (coord). Historia comparada de las Américas. Sus procesos independentistas. México: Siglo XXI, 2010.	
GRAFENSTEIN, Johanna von. El proceso de independencia haitiano: 1789-1804. In: GALEANA, Patricia. (coord). Historia comparada de las Américas. Sus procesos independentistas. México: Siglo XXI, 2010.	
<b>TEORIA E METODOLOGIA DO ENSINO EM HISTÓRIA</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
A pesquisa contemporânea e os novos problemas de investigação. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Procedimentos metodológicos que norteiam a produção do conhecimento histórico nos diferentes campos. A problematização do tema da pesquisa. A crítica as fontes e os documentos. Metodologias da pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa em História.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Unesp, 2002.	
DOSSE, François. A História em migalhas. Bauru: EDUSC, 2003.	
FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.	
GADAMER, Hans-Georg. Hermenêutica em perspectiva, vols. I e II. Petrópolis: Vozes, 2007.	

JENKINS, Keith. A História repensada. São Paulo: Contexto, 2004.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre. Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. Bauru: EDUSC, 2007.	
MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.	
PESAVENTO, Sandra J. História e História cultural. BH: Autêntica, 2003.	
<b>HISTÓRIA DO BRASIL IMPERIAL</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
Interpretações historiográficas sobre o Brasil Império: Nação, Estado e Identidade Nacional. A construção da Ordem Imperial e os movimentos contestatórios. Terra e trabalho. Urbanização novas sociabilidades e vida privada. A política externa e os conflitos na região do prata. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Abolição e crise da monarquia.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
ALONSO, Angela. Ideias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.	
BARBOSA, Silvana Mota. A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.	
COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. São Paulo: UNESP, 2011.	
MATTOS, Hebe Maria Mattos. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.	
REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês de 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
BARMAN, Roderick. Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX. São Paulo: Ed.Unesp, 2005.	
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo percurso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.	
DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.	
<b>HISTÓRIA DO MARANHÃO IMPERIAL</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
Historiografia sobre Maranhão Império. O Maranhão na transição do mundo luso-brasileiro. Disputas políticas e movimentos insurrecionais. A economia provincial. O sertão. A transição do trabalho escravo para o livre. Urbanização, novas sociabilidades e relações de gênero (Definida pela Portaria n.º 265/2013).	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	



<p>ABRANTES, Elizabeth Sousa. A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX. Recife, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.</p> <p>ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A Ideologia da Decadência. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, 2008.</p> <p>COSTA, Wagner C. da. (Org.). História do Maranhão: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.</p> <p>MEIRELES, Marinelma. Tráfico Transatlântico e Procedências Africanas no Maranhão Setecentista. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília</p> <p>_____. O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>BORRALHO, José Henrique de Paula. Terra e Céu de Nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. São Luís: Café e Lápis/ FAPEMA, 2001.</p> <p>CASTRO, César Augusto (Org.). Leitura, Impresses e Cultura Escolar. São Luís: EDUFMA, 2010</p> <p>_____. Fazendo Gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010.</p>	
<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
Educação e historicidade. Educação no Brasil colônia. Educação no Brasil Império. A constituição do Ensino Público no Brasil. A Educação no período Republicano. A Educação na Era Vargas. Educação no Período Ditatorial. Currículo escolar.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Diretrizes para a formação de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília: MEC, 2002.</p> <p>CATANI, D. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, E. M. T. et al. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>FILHO, L.M.F; LOPES; E.M.T; VEIGA, C.G ( Orgs ). 500 anos de Educação no Brasil. 4ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>GURARDELLI JUNIOR, P. História da Educação Brasileira. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>STEPHANOU, M; BASTOS, M.H.C. (orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. V.I, II, III. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Diretrizes para a formação de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília: MEC, 2002.</p> <p>FILHO, L.M.F; LOPES; E.M.T; VEIGA, C.G ( Orgs ). 500 anos de Educação no Brasil. 4ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p>	
<b>PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO ESCOLAR</b>	
<b>C.H.: 135</b>	
<b>EMENTA</b>	

Atividades investigativas no contexto educacional, com perspectivas interdisciplinares, articulando os conteúdos já estudados.

### REFERÊNCIAS

#### BÁSICA:

BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.  
 CANDAU, Vera Maria.(Org.) Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001  
 GUSMÃO, N. M. M. (org.). Diversidade, cultura e educação – olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.  
 LIMA, L. Escola não é circo, professor não é palhaço: intencionalidade e educação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.  
 MASSETO, M. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 2008.

#### COMPLEMENTAR:

CARVALHO, A M. P. (org.). Ensinar a ensinar: didática para a escola Fundamental e Média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.  
 TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.  
 GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico- Crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

### 5 PERÍODO

#### HISTÓRIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

**C.H.: 60**

#### EMENTA

Revoluções do séc.XVIII: Francesa e Industrial. Estudo da ambiência política, econômica e cultural que caracteriza a contemporaneidade. As revoluções do séc.XX. A evolução do capitalismo e das organizações trabalhistas. O imperialismo europeu e o neoliberalismo. As grandes guerras mundiais. A Revolução Russa e as ideologias totalitárias. Descolonização e contra colonização. Guerra Fria. Os movimentos culturais do séc.XX.A nova (des)ordem mundial. O novo milênio e as novas faces do terrorismo. A cultura global. O pos-colonialíssimo. A condição pós-moderna.

### REFERÊNCIAS

#### BÁSICA:

AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). O século XX Civilização Brasileira; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.  
 AARÃO REIS Fo., D.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. O Século XX, o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. 2a ed., Vol. III, Rio, Civilização Brasileira, 2002.  
 DARNTON, R. O Grande massacre dos gatos. Rio de Janeiro: Graal, 2011.  
 ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2011.  
 JUDT, Tony. Pós-Guerra; Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.  
 HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 10 ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

#### COMPLEMENTAR:

CHARNEY, L. e SCHWARTZ, V. (orgs) O Cinema e a Invenção da Vida Moderna. SP, Cosac & Naify, 2001.

FALCON, Francisco José Calazans. Iluminismo. 4ª ed. – São Paulo: Ática, 2002. Série Princípios.	
HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.	
<b>HISTÓRIA DA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
Revolução Mexicana, capitalismo e marxismo na América Latina, populismo, movimentos revolucionários, raça, classe e gênero, militarização, Estados Unidos.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
BERBEL, Márcia Regina. Autonomia e soberania nacional às vésperas das independências iberoamericanas (1810-1824). In: PAMPLONA, Marco e STUVEN, Ana Maria. (orgs.) Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.	
FARRET, Rafael Leporace e PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. Topoi, v.12, jul-dez, 2011. p. 30-42. (Disponível na Internet)	
PRADO, Maria Ligia. O Brasil e a distante América do Sul. Revista de História. São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2001. (Disponível na Internet)	
PRADO, Maria Ligia. A participação das mulheres nas lutas pela independência política na América Latina. In: América Latina no Século XIX: Tramas, telas e textos. 2ed. São Paulo: Edusp, 2004.	
PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. Crise dos domínios coloniais na América. In: _____. HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA. São Paulo: Contexto. 2014. P. 11-24.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
ABREU, Martha e VIANA, Larissa. Lutas políticas, relações raciais e afirmações culturais no pós-abolição: os Estados Unidos em foco. In: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. História das Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.	
JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.	
LASSO, Marixa. Guerra Racial e Nação na Gran Colômbia caribenha, Cartagena, 1810-1832. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 179-207, jul./dez. 2010	
<b>HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICANO</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
Interpretações historiográficas acerca das formações históricas do Brasil republicano; modelo de República implantado no Brasil. Elementos característicos do Brasil republicano e suas perspectivas econômicas, políticas, culturais e sociais.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
HOLANDA, Cristina B. de. Modos da representação política: o experimento da Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Iuperj/UFMG, 2009. VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta, 2010.	
MELLO, Frederico P. de. Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil. A Gira Editora, São Paulo, 2004.	

NOVAIS, Fernando A. HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL: República: da belle époque à era do rádio. 7 ed. Companhia das Letras. 1998	
PRADO, Maria Emília. Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil: 1870;1902. Rio de Janeiro, Revan, 2005.	
VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta, 2010.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
BOAVENTURA, Maria Eugenia (Org.). 22 por 22: A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos. São Paulo: EDUSP, 2000.	
CHIAPPINI, Ligia ; BRESCIANI, Maria Stella (Orgs.) Literatura e cultura no Brasil. Identidades e fronteiras. São paulo: Cortez, 2002.	
FERREIRA, Jorge ; Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.	
<b>HISTÓRIA DO MARANHÃO REPUBLICANO</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
História e historiografia do Maranhão Republicano. Oligarquias. Agricultura/industrialização. Questão da terra e movimentos sociais. Questão indígena. O Maranhão e os Grandes Projetos. Questão urbana. Manifestações culturais: identidade, resistência e apropriação.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
AZEVEDO, Emílio. O caso do convento das Mercês: as marcas do atraso político e a ilegalidade envolvendo patrimônio público. São Luís: Lithograf, 2006.	
CASCAES, Bárbara de Souza. As cercas do agronegócio: trabalho escravo no Maranhão 148 contemporâneo. Monografia (Graduação em História) – Curso de História. Universidade Federal do Maranhão, 2007.	
CORREA, Rossini. Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Correa, 2001.	
CORREIA, Maria da Glória Guimarães Correia. Nos fios da trama: quem é essa mulher. Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2005.	
GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: Edições UFMA / PROIN (CS), 2000.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
CAMPOS, Marize Helena de. Mariposas e pensões: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2001.	
COSTA, Wagner Cabral da. Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.	
PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. A construção midiática do político José Sarney: 1962- 1970. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, UFPE, 2001.	
<b>DIDÁTICA</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	

A Relação entre Educação e sociedade no contexto sócio- econômico – cultural brasileiro; A relação entre ciências da educação, Pedagogia e Didática e saberes docentes; A Evolução histórica da Didática e Tendências Pedagógicas; Organização do trabalho Pedagógico: Planejamento e elementos essenciais do plano.

### REFERÊNCIAS

#### **BÁSICA:**

COMÊNIO, J. A. A Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DALBEN, A. I. L. (et al.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. e. (Orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBANEO, José Carlos. Didática. 2ª edição- São Paulo- Cortez, 2013.

HOFFMAN, J. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004

#### **COMPLEMENTAR:**

CASTRO, A.D.; CARVALHO, A. M. P. de. Ensinar a Ensinar. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005

EIGA, I. P. A. (Org). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus, 2006.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T (Orgs). Currículo, cultura e sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000

### TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO DE HISTÓRIA

**C.H.: 60**

### EMENTA

Uso das mídias no ensino de História. Organização de informações e classificação de dados históricos em ambientes virtuais; leituras e produção de croquis, mapas, plantas, estatísticas que auxiliem o ensino e a pesquisa em História.

### REFERÊNCIAS

#### **BÁSICA:**

OLIVEIRA, José Márcio Augusto. Escrevendo com o computador na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2006 (Coleção Questões da Nossa Época, v. 129).

FONSECA, Thais Nivia de Lima. História & Ensino de História 2 ed., 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 120 p (História & Reflexões, 6)

MORAN, J.M; MASSETO, M. e BERHENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi; KARNAL Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CARMO, Josué Geraldo Botura do. As novas Tecnologias da informação e a comunicação no ensino de História. [s.l], [s.e], janeiro de 2002.

#### **COMPLEMENTAR:**

RAMAL, Andrea Cecilia. Educação na Cibercultura: Hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MATTA, Alfredo. Tecnologia de Aprendizagem em Rede e Ensino de História: Utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

ALVES, Lynn Rosalina Gama. Game Over: Jogos Eletrônicos e Violência. São Paulo: Futura, 2005.

### 6 PERÍODO

<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
Fundamentos legais da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. A escola regular como espaço inclusivo. Aprendizagem e possibilidades da pessoa com necessidades especiais no contexto social. Adequações curriculares. Atendimento educacional especializado.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b> BRASIL. Decreto nº 3.956/01. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001. BRASIL. A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010. DINIZ, Débora. O que é deficiência. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos. PADILHA, Ana Maria L. Práticas Pedagógicas na Educação Especial. São Paulo: FAPESP, 2001. PACHECO, José e outros. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.	
<b>COMPLEMENTAR:</b> PADILHA, Ana Maria L. Práticas Pedagógicas na Educação Especial. São Paulo: FAPESP, 2001. PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau, 2010. RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.	
<b>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS</b>	
<b>C.H.: 60</b>	
<b>EMENTA</b>	
Língua e Linguagem-LIBRAS. Educação de Surdos. Filosofias  Educacionais. Filosofias Educacionais, Cultura e Comunidade Surda. Gramática de LIBRAS. Fundamentos Legais	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA</b> BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial., Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica/Secretaria de Educação Especial- Brasília: MEC/SEESP. 2002 CAMPELO, Ana Regina e Sousa e QUADROS, Ronice Muller de. LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais. Editora da UFSC, Florianópolis; 2010. FELIPE, T.A. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do estudante. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2002. SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentido na escrita do aluno surdo, São Paulo: Plexus, 2001. GESSER, Audrei. LIBRAS: que língua é essa? Crenças e Preconceitos em torno da língua de sinais e realidade surda. São Paulo: parábola Editorial. 2009.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	

<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue-Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Editorial EDUSP, 2001.</p> <p>COUTO, Cleber. Aprendendo Língua de Sinais - Atividades Pedagógicas em Libras: Editora BOOKESS, 2015.</p> <p>STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.</p>	
<b>HISTÓRIA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
<p>Ensino de história da África: perspectivas teóricas e metodológicas; fontes escritas e tradição oral. Colonização e descolonização. Constituição dos estados-nação independentes. Desafios da integração africana. Globalização. Relação África-Brasil.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>BARBOSA, Wilson N. Cultura negra e dominação. Coleção Aldus, no. 9. São Leopoldo, RS, Brasil: Editora UNISINOS, 2002.</p> <p>BARRY, Boubacar. Senegâmbia: o desafio da História Regional. Rio de Janeiro: SEPHIS/CEAA (UCAM), 2000.</p> <p>COELHO, Pedro e SARAIVA, José.(orgs). Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio. Brasília: IBRI, 2004.</p> <p>GUIMARÃES, Samuel (Org.). África do Sul: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2000.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. Um rio chamado Atlântico - a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>LOVEJOY, Paul. A escravidão na África. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>VIEIRA, Luandino. Luuanda. Lisboa: Edições 70, 2000.</p> <p>SOUMONNI, Elisée. "A compatibilidade entre o tráfico de escravos e o comércio do dendê no Daomé, 1818-1858". In: Daomé e o mundo atlântico. Rio de Janeiro: UCAM/SEPHIS, 2001.</p>	
<b>HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
<p>Experiência democrática e Populismo. Projetos em disputa: Liberalismo e nacionalismo. Desenvolvimentismo. Regime civil militar: golpe, institucionalização, aparelhos de repressão resistências. Movimentos políticos-culturais. Abertura: Ruptura e continuidades. Trabalho e sindicalismo nas décadas de 1980-1990. (Reinserção do Brasil no comércio internacional. Reconfiguração das relações Estado e Sociedade. As Reformas Neoliberais)</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	

FERREIRA, Jorge. **Crises da República: 1954, 1955 e 1961.** In: \_\_\_\_\_; NAPOLITANO, Marco. **1964: História o Regime Militar Brasileiro.** -ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

FERRERIA, Marieta de Moraes. **Vargas para todos os gostos. De dez em dez anos, celebrações reconstruíram a memória da Getúlio.** Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 35, ago. 2008. Disponível em: Acesso em: 10 fev. 2012.

IMA, Vivi Fernandes de. Todos falam, poucos veem. Políticos e acadêmicos discursam sobre os valores republicanos. E o povo?. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.50, Nov.2009. Disponível em: Acesso em: 10 fev. 2012.

MAESTRI, Mauro. **Cisnes negros: uma história da Revolta da Chibata,** Ed. Moderna. 2003.

TODOROV, Tzevetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

#### COMPLEMENTAR:

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada: as ilusões armadas.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NAPOLITANO, Marco. **1964: História o Regime Militar Brasileiro.** -ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

SERBIN, Keneeth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

### EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

C.H.: 60

#### EMENTA

Educação para as relações étnico-raciais, abordando conceitos de cultura, raça, etnia, mestiçagem, racismo, preconceito e discriminação. Os grupos étnicos no processo de colonização e pós-colonização no Brasil. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. Currículo e política curriculares.

#### REFERÊNCIAS

##### BÁSICAS

BRASIL. Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2009.

FANON, Franz. **Pele Negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008

NASCIMENTO, Adir Casaro do. (ORG) **Criança indígena, diversidade cultural, educação e representações sociais.** Brasília: Liber Livro, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 3. Ed. São Paulo: Global, 2015.

THEODORO, Mário (org.) **As Políticas Públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008

##### COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução N. 01, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. (2004)

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/SECAD, 2008

SILVA, Mozart Linhares da. **Educação, Etnicidade e Preconceito no Brasil.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.



<b>POLITICA EDUCACIONAL BRASILEIRA</b>		<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>		
Políticas educacionais: determinantes políticos, históricos e sociais. Aspectos legais, normativos e organizacionais das políticas educacionais no Brasil. O Plano de Desenvolvimento da Educação como política para a educação no Brasil na atualidade.		
<b>REFERÊNCIAS</b>		
<b>BÁSICA:</b> BRZEZINSKI, Iria. (org.). <b>LDB dez anos depois</b> : reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2010. BRASIL. Casa Civil. <b>Lei nº 9 394/1996</b> . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm</a> . Acesso em: 02 de fevereiro de 2017. CARNEIRO, Moaci Alves. <b>LDB fácil</b> : leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira. <b>Políticas educacionais e organização do trabalho na escola</b> . São Paulo: Xamá, 2008. PARO, Vitor Henrique. <b>Administração escolar</b> : introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.		
<b>COMPLEMENTAR:</b> FONTELES, Marcelino de Oliveira. (org.). <b>O Novo Plano Nacional de Educação</b> : instrumento de desenvolvimento do Brasil. Teresina, EDUFPI, 2014. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. (org.). <b>Educação Escolar</b> : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012. OLIVEIRA, Dalila A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A. (org.). <b>Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes</b> . Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica, 2003.		
<b>7 PERÍODO</b>		
<b>GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR</b>		<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>		
Teorias organizacionais e gerenciais de gestão escolar. Pressupostos legais da gestão escolar. Gestão democrática e formas de participação.		
<b>REFERÊNCIAS</b>		
<b>BÁSICA:</b> ANDRADE, Dalila. <b>Gestão democrática da educação</b> : desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2001. FERREIRA, Naura S. Carapeto. <b>Gestão democrática da educação</b> : atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003 GADOTTI, Moacir. <b>Autonomia da escola</b> : princípios e propostas. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000 LIBÂNEO, José Carlos. <b>Organização e gestão da escola</b> : teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2003. LUCK, Heloísa. <b>A gestão participativa na escola</b> . 3 ed. - Petrópolis: Vozes, 2008.		
<b>COMPLEMENTAR:</b> PENIN, Sônia. <b>Cotidiano e escola</b> : a obra em construção. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995. PARO, Vitor. <b>Administração escolar</b> : introdução crítica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008. RODRIGUES, Neidson. <b>Da mistificação da escola a escola necessária</b> . 9 ed. São Paulo: Cortez, 2000. OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. <b>Política e Gestão da Educação</b> . – 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.		

<b>PROJETO DE PESQUISA EM HISTÓRIA</b>		<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>		
Caracterização dos tipos de pesquisa; coleta e análise dos dados da pesquisa; construção do projeto monográfico e acompanhamento da escrita.		
<b>REFERÊNCIAS</b>		
<b>BÁSICA:</b>		
BOAVENTURA, Edivaldo. Metodologia da Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2004		
DOSSE, François. A História em migalhas. Bauru: EDUSC, 2003.		
FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.		
FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez Editora, 2001.		
MORAES, Irany N. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Roca, 2007		
<b>COMPLEMENTAR:</b>		
HENKEL, K.; ALMEIDA, J. de. Metodologia da pesquisa. UFPA, 2003.		
MACHADO, Anna Rachel. Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.		
MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.		
<b>HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA</b>		<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>		
A relação entre História e Historiografia. Produções historiográficas sobre o Brasil. Historiografia brasileira e pesquisa histórica: Objetos, fontes e narrativas. A recente produção historiográfica brasileira e os debates historiográficos: problemas e debates.		
<b>REFERÊNCIAS</b>		
<b>BÁSICA:</b>		
ARÓSTEGUI, Julio. <b>A pesquisa histórica: teoria e método.</b> Tradução Andréa Dore. Bauru, SP; Edusc, 2006.		
DECCA, Edgar Salvadori de. <b>Pelas margens: outros caminhos da História e da Literatura.</b> Porto Alegre: UFRGS, 2000.		
FREIRE, Gilberto. <b>Casa-grande &amp; senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal.</b> 51 ed. São Paulo: Global, 2006.		
REIS, José Carlos. <b>As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC.</b> 9 ed. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 2008.		
RODRIGUES, José Honório. <b>História e historiografia.</b> 1 ed. Rio de Janeiro. Vozes, 2008.		
<b>COMPLEMENTAR:</b>		
MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio (orgs.). Conversas com historiadores Brasileiros, São Paulo: Editora 34, 2002.		
SKIDMORE, Thomas E, O Brasil visto de fora. São Paulo: Paz e Terra, 2001.		

VAINFAS, Ronaldo (Dir.) Dicionário do Brasil Colonial: 1500 -1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000	
<b>EMENTA</b>	
O ensinamento fundamental na legislação vigente. Fundamentação teórica para a ação docente. Reflexões sobre as habilidades e competências. Os elementos que subsidiam a prática do professor de História; Micro aulas. Orientações sobre a elaboração do memorial/portfólio e relatórios. O espaço da escola: discussão, observação e planejamento. A regência na escola (aula).	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.	
LIBÂNEO, Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2008.	
GASPARIN, João Luiz. <b>Uma Didática para a Pedagogia Histórico- Crítica</b> . Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	
MORAN, J.M; MASSETO, M. e BERHENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.	
PASSOS, C.M.B. Didática: breve incursão histórica em busca da identidade. Fortaleza, 2006. Notas de aula.	
PERRENOUD, P. Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
GASPARIN, João Luiz. <b>Uma Didática para a Pedagogia Histórico- Crítica</b> . Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	
LIBÂNEO, José Carlos. <b>Organização e gestão da escola: teoria e prática</b> . Goiânia: Alternativa, 2001.	
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio: diferentes concepções. In: _____. <b>Estágio e Docência</b> . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 31-57.	
<b>8 PERÍODO</b>	
<b>EMENTA</b>	
O ensino Médio na legislação vigente; estudo e análise sobre os elementos constitutivos da teoria e da prática do ensino de História; construção de instrumentos metodológicos para o desempenho de uma ação docente que perceba a História como campo de reflexão e crítica; micro aulas; Orientações sobre a elaboração do memorial\ portfólio e relatórios; o espaço da escola: discussão, observação e planejamento; a regência na escola (aula)	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Saberes docentes e autonomia dos professores. Petropolis, RJ: Vozes, 2007	

<p>CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLES, Maria Fernanda &amp; colaboradores. Ensino da História e Memória Coletiva. Porto Alegre: Artemed, 2007</p> <p>FAZENDA, Ivani (org.). O que é interdisciplinaridade. São Paulo- SP: Cortez, 2008</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência. São Paulo-SP: Cortez, 2004</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto; 2005.</p>	
<p><b>COMPLEMENTAR:</b>  ANTUNES, Celso. A sala de aula de geografia e história: inteligências múltiplas; aprendizagem significativa e competências no dia a dia. Campinas-SP: Papyrus, 2001  OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos. Ano 25, n.3, 2003  PERRENOUD, Philippe. 10 Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.</p>	
<p><b>ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR</b> <span style="float: right;"><b>C.H.: 135</b></span></p>	
<p><b>EMENTA</b></p>	
<p>Noções acerca da legislação vigente no Brasil que aborda aspectos como: aquisição, alienação e conservação de bens públicos. Políticas de gestão escolar instituídas pelo Plano Nacional de Educação -PNE. Legislação educacional voltada para gestão (Planos Municipal e Estadual de Educação, Regimentos Municipal e Estadual de Educação, Conselho do Fundeb; Conselhos Escolares e outros); Plano de coordenação e supervisão escolar; Planejamento e implantação de estratégias de acesso e permanência dos alunos na escola; Gerenciamento de recursos públicos e prestação de contas de valores destinados às escolas (PDE, PDDE e outros).</p>	
<p><b>REFERÊNCIAS</b></p>	
<p><b>BÁSICA:</b>  AGUIAR, Márcia Angela da S. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares. Revista Educar, Curitiba, n.31, 2008.  LIBÂNEO, José Carlos. <b>Organização e gestão da escola:</b> teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.  LÜCK, Heloisa. (Org.). Gestão escolar e formação de gestores. Em Aberto, v. 17, n.72, p. 1-195, fev./jun. 2000.  PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2003.  RIBEIRO, Vera M. (Coord.). Indicadores da Qualidade na Educação: Ação Educativa. São Paulo: Unicef, PNUD, Inep-MEC, 2004.</p>	
<p><b>COMPLEMENTAR:</b>  PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).  VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisando conceitos simples. Revista Brasileira de políticas e administração da educação, v. 23, n. 1, jan/abr., 2007.  COELHO, M. P.; VOLSI, M. E. F&gt; As bases legais da gestão educacional, da gestão escolar e da gestão democrática. IN: LARA, A. M. de B. KOEPEL, E. C. N. (orgs). Gestão Educacional Maringá: Eduem, 2010</p>	
<p><b>TÓPICOS EMERGENTES EM...</b> <span style="float: right;"><b>C.H.: 60</b></span></p>	
<p><b>EMENTA</b></p>	
<p>Não possui ementa definida, em razão do caráter circunstancial vinculado ao contexto social.</p>	
<p><b>HISTÓRIA E LITERATURA</b> <span style="float: right;"><b>C.H.: 60</b></span></p>	

<b>EMENTA</b>	
<p>Discurso histórico e discurso literário: especificidades, diferenças e semelhanças. A literatura como fonte e objeto no campo da história. Novas perspectivas de abordagem historiográfica e teórico-literária. Possibilidades de diálogo interdisciplinar: cultura, história e literatura.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<p><b>BÁSICA:</b></p> <p>BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2010.</p> <p>CADIOU, François et al (Org). Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Ephraim F. Alves. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.</p> <p>COUTINHO, Eduardo de Faria. Literatura comparada: reflexões. São Paulo: Annablume, 2013.</p> <p>GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p>	
<p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <p>PESAVENTO, Sandra Jatay; LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica (Org.). História e linguagens: textos, imagens, oralidade, representações. Rio de Janeiro: Sete Palavras, 2006.</p> <p>ROCHA, João Cezar de C. (Org.). Roger Chartier - a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.</p> <p>ABDALA JUNIOR, Benjamin. Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX. Cotia, SP; Ateliê editorial, 2007.</p>	
<b>PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
<p>Concepções de patrimônio cultural: material e imaterial. Educação patrimonial e instituições de preservação e custódia de acervos. O profissional de história frente ao patrimônio cultural. Patrimônio cultural maranhense.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<p><b>BÁSICA:</b></p> <p>JEUDY, Henri Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.</p> <p>MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasilis, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.</p> <p>SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.</p> <p>CASTRIOTA, Leonardo Baci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.</p>	
<p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <p>LE GOFF, JACQUES. História e memória. Trad. Irene ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas/Sp: Unicamp, 2003.</p> <p>PRYSTHON, Angela F. (Org). Imagens Da Cidade: Espaços Urbanos Na Comunicação E Cultura Contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006.</p>	

SARLO, B. Paisagens Imaginárias. São Paulo: Edusp, 2005.	
<b>HISTÓRIA E CINEMA</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
A relação entre História e Cinema. Forma como o cinema articula real e imaginário para identificar esses processos em narrativas sobre a realidade. O cinema e a história no século XX. Conhecer o cinema brasileiro contemporâneo para compreender como ali se reconstrói a identidade nacional.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>BARROS, José D'Assunção &amp; NÓVOA, Jorge (org.). Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.</p> <p>FERRO, Marc. Cinema e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.</p> <p>JULLIER, Laurent &amp; MARIE, Michel. Lendo as imagens do cinema. São Paulo: Senac, 2009.</p> <p>NOVOA, Jorge, et. al. (Orgs.). Cinematógrafo. Um olhar sobre a história. São Paulo, Ed. UNESP, 2009.</p> <p>ROSENSTONE, Robert. A história nos filmes. Os filmes na história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>SILVA, Marcos e RAMOS, Alcides Freire (Orgs.). Ver História. São Paulo, Hucitec, 2011.</p> <p>ROCHA, Glauber. Revolução do Cinema Novo. São Paulo: Cosac &amp; Naify, 2004</p> <p>KORNIS, Mônica Almeida. <i>Cinema, televisão e história</i>. Coleção Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.</p>	
<b>HISTÓRIA E MEMÓRIA</b>	<b>C.H.: 60</b>
<b>EMENTA</b>	
História e Memória: perspectivas teórico-metodológicas. Os lugares de memória. Memória e História Oral. Usos da História Oral como fonte histórica. Metodologia da História Oral.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BÁSICA:</b>	
<p>BOSI, Eclêa. O tempo vivo da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003</p> <p>HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.</p> <p>HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.</p> <p>SARLO, B. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.</p>	
<b>COMPLEMENTAR:</b>	
<p>CONY, Carlos Heitor. Quase memória, quase romance. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2010.</p> <p>YATES, Frances Amelia. A arte da memória. Campinas: editora da Unicamp, 2007.</p>	

#### **5.4. Prática como Componente Curricular Investigativo**

A prática como componente curricular deve ser planejada na elaboração do projeto pedagógico, e seu acontecer dá-se desde o início da duração do processo em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, concorrendo, conjuntamente, para a formação da identidade do professor como educador. Considera ainda o novo paradigma das diretrizes nacionais sobre a formação de educadores e suas exigências legais voltadas para um padrão de qualidade nos cursos de licenciatura.

Desse modo, a prática curricular desenvolve atitudes investigativas, reflexivas e atuantes frente à complexidade da realidade educacional. Além disso, cria espaço para o exercício da capacidade de pesquisar o fato educativo, estimulando o estudante à reflexão e à intervenção no cotidiano da prática pedagógica investigativa e promovendo a integração dos estudantes. Pode também socializar experiências que contribuam para a iniciação científica, por meio da prática da pesquisa em educação, no sentido de fortalecer e articular os saberes para a docência na busca da formação da identidade do professor.

No Parecer CNE/CP nº 2/2015, aprovado em 9 de junho de 2015, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, destaca-se que é importante apreender os processos e, sobretudo, situar a concepção e o entendimento do papel da prática e do estágio supervisionado como componentes curriculares, resguardando a especificidade de cada um e sua necessária articulação, bem como a necessária supervisão desses momentos formativos, a caracterização dos mesmos como parte obrigatória da formação tal como delineado no Parecer CNE/CP nº 28/2001 e reforçado no Parecer CNE/CES nº 15/2005.

A Universidade Estadual do Maranhão, por meio da Resolução nº 1.264/2017 – CEPE/UEMA estabeleceu as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da Uema, em que define, entre outras orientações voltadas para a construção do currículo desses cursos, os componentes curriculares que formam o núcleo prático, conforme o prescrito pelo Parecer CNE/CP nº 2/2015 e pela Resolução CNE/CP nº 2/2015 que orienta, a saber: Prática Curricular na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Prática Curricular na Dimensão Escolar e todos os estágios.

O núcleo prático é formado pelos seguintes componentes curriculares: os estágios curriculares supervisionados, as três práticas curriculares e as atividades teórico-práticas.

Fundamentadas a partir da orientação dos Pareceres CNE/CP nº 28/200, CNE/CES nº 15/2005 e CNE/CP nº 2/2015 da Resolução CNE/CP nº 2/2015, as três práticas estabelecidas na Resolução nº 1264/2017 – CEPE/UEMA estão assim definidas:

□ **Prática Curricular na Dimensão Político-Social - 135 horas**

A **Prática Curricular na Dimensão Político-Social** visa orientar e fornecer a formação dos saberes da docência por meio de ferramentas didático pedagógicas para que possam realizar práticas curriculares contextualizadas e interdisciplinares, a partir de conteúdos que demonstrem a dimensão político-social da Educação. Esta prática deverá proporcionar a compreensão das funções sociais e políticas da Educação, da escola como instituição social inserida em uma comunidade, além da contextualização das problemáticas sociais, culturais e educacionais, desenvolvidas por meio de projetos educacionais temáticos a partir de questões cientificamente relevantes das práticas curriculares em uma visão interdisciplinar e multidisciplinar.

□ **Prática Curricular na Dimensão Educacional – 135 horas**

A **Prática Curricular na Dimensão Educacional** tem o intuito de contribuir na formação dos saberes da docência, considerando as concepções sobre a significação social da profissão, a relevância da atividade docente e no espaço pedagógico do professor. Essa prática deverá permitir a organização da ação docente voltada para sua atuação, na direção do ensino, da pesquisa e da extensão, possibilitando também conhecer as metodologias de ensino desenvolvidas pelos professores na educação básica, na busca da construção da identidade do ser professor, na sociedade atual. Essa prática curricular deve ser desenvolvida na visão interdisciplinar e multidisciplinar por meio da construção e desenvolvimento de projetos educativos temáticos.

□ **Prática Curricular da Dimensão Escolar – 135 horas**

A **Prática Curricular na Dimensão Escolar** visa contribuir com a formação dos saberes da docência, considerando a dimensão democrática e participativa na escola como ambiente da formação social do indivíduo cidadão para o exercício consciente da cidadania, devendo abordar a escola a partir da diversidade que deve fundamentar o projeto pedagógico, na sua estrutura, organização e dinâmica



administrativa-técnico-pedagógica, buscando por meio da construção e do desenvolvimento de projetos educativos que contemple a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino.

Estabelecidas as temáticas específicas que nortearam as atividades docentes e discentes nas Práticas, estas poderão ser desenvolvidas em múltiplos espaços para além da Universidade, neste sentido os projetos poderão desenvolver ações voltadas para as comunidades locais, escolas, sindicatos, cidades, museus, hospitais, empresas, etc.

### 5.5. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado deve proporcionar um conhecimento da realidade profissional do ensino. Tal conhecimento deve agregar estudo, análise, problematização, reflexão, solução de problemas, elaboração e execução de projeto de ensino. A carga horária de 405 horas é assim distribuída:

<b>ESTÁGIO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PERÍODO</b>
Estágio Curricular Supervisionado nos anos finais do Ensino Fundamental	135h	7º
Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio	180h	8º
Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	90h	8º

Segundo as Normas Acadêmicas (UEMA), aprovadas pela Resolução 1045/2012-CEPE/UEMA, em seu artigo 13 o estágio é o ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo, para estudantes regularmente matriculados, como parte do projeto pedagógico de cada curso de graduação, objetivando o desenvolvimento acadêmico do cidadão, visando à vida para o trabalho.

O estágio de vivência teórico-prática exercida pelo estudante para fins de integralização curricular é coordenado pelos cursos e acompanhados pelo professor orientador, podendo ser desenvolvido em instituições jurídicas de direito público ou privado, ou em escolas da comunidade reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

O estudante que comprove atividade regular na educação básica poderá ter redução da carga horária do estágio curricular obrigatório supervisionado de 180 (cento e oitenta) horas equivalente a 4 (quatro) créditos.

A avaliação do estágio curricular deverá ser sistemática e contínua, utilizando diferentes instrumentos e formas, e compreende:

- I- Apuração da frequência ou atividades previstas no plano de estágio;
- II- Determinação da nota obtida pelo estudante em relatório e outras atividades, cuja avaliação estará vinculada a aspectos qualitativos e quantitativos do estágio.

## **5.6. Atividades Teórico – Práticas**

As Atividades Complementares de Graduação no Curso de História – Licenciatura, cujo objetivo é oportunizar aos alunos relações com vários outros saberes e como construí-los, muito embora não sejam, temas ligados aos componentes curriculares do curso, mas voltados para uma formação humanista, crítico e ético do professor de História. A obrigatoriedade de 225 horas de ATP (Atividades Teórico - Prática) possibilita aos discentes participação nas mais diferentes atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão, atividades artísticas e culturais, de gestão e sociais.

Devemos deixar claro que, das várias atividades desenvolvidas pelo discente, as atividades de pesquisa possibilitam a relação concreta entre a teoria e a prática, assim como com os conteúdos trabalhados em sala de aula. A participação em atividades de

pesquisa pode proporcionar ao aluno um envolvimento direto com os conteúdos trabalhados em sala de aula, aprendendo, desde o início de sua formação, a como trabalhar com situações de pesquisa. No campo da extensão, o poderá ainda, o aluno experienciar as relações com a comunidade social na qual está inserido possibilitando reflexões para além dos muros da Universidade. No envolvimento com o ensino as possibilidades serão igualmente importantes, desde as atividades de monitoria, participar de palestras, cursos, encontros acadêmicos, oficinas, dentre outras relacionadas com a área das Ciências Humanas e da Educação.

### **5.7. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**

Segundo as Normas Acadêmicas, ampara na Resolução 1045/2012 – CEPE/UEMA em seu artigo 88, a elaboração de científico, observadas as exigências das Normas Técnicas Internacionais, denominado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para efeito de registro no histórico acadêmico, é condição indispensável para a conclusão de curso de graduação.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é de autoria de um único estudante, exceção feita ao TCC que tratar de Proposta Pedagógica, ficando neste caso limitado, no máximo, a três acadêmicos. O mesmo está descrito no capítulo 6 das normas de graduação entre os artigos 88 e 94, das páginas 43 a 46.

Art. 89. O TCC será de autoria de acadêmicos e poderá constituir-se de: I - proposta pedagógica, com fundamentação em paradigma educacional; II - proposta tecnológica, com base em projeto de pesquisa científica; III - projeto metodológico integrado; IV - projeto de invenção no campo da engenharia; V - produção de novas tecnologias para cultura agrícola; VI - produção de programas de computação de alta resolução; VII - produção de trabalho monográfico; VIII - produção e defesa de relatório de estágio que demonstre a cientificidade da relação teoria e prática desenvolvida no currículo, igualmente na produção do relatório da monitoria. Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é de autoria de um único estudante, exceção feita ao TCC que tratar de Proposta, ficando neste caso limitado, no máximo, a três acadêmicos.

Art. 90. O estudante deverá requerer à Direção do Curso ou Coordenadoria sua inscrição para realização do Trabalho de

Conclusão de Curso - TCC, desde que não esteja em débito com as disciplinas do currículo objeto de seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular.

Art. 91. Cada trabalho será desenvolvido sob a orientação pessoal e direta de um professor, à escolha do aluno, entre aqueles da área de conhecimento afim com o objeto do trabalho. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO Página | 33 § 1º Sem prejuízo de outras atividades, a Assembleia Departamental, quando da distribuição de carga horária dos docentes, estabelecerá um percentual para os professores que orientarão trabalhos de conclusão de curso, respeitando o limite dos seus regimes de trabalho. § 2º Cada professor poderá orientar até 4 (quatro) trabalhos de conclusão de curso, por semestre. § 3º Poderão orientar trabalhos de conclusão de curso professores não pertencentes aos quadros da UEMA, desde que haja afinidade entre a especialidade do orientador e o tema proposto, e seja comprovada a sua condição de professor universitário por declaração da IES de origem, ficando as despesas advindas dessa orientação sob a responsabilidade do acadêmico. § 4º O documento de que trata o parágrafo anterior deverá ser entregue à direção do curso junto com o projeto de TCC. § 5º Pode haver mudança de orientador a critério do estudante, e interrupção da orientação pelo professor, desde que justificadas por escrito à direção do curso e não tenha decorrido mais da metade do período letivo.

Art. 92. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado em duas fases, até no mínimo em dois períodos letivos consecutivos, a critério do acadêmico. § 1º Na primeira fase, o acadêmico apresentará, na data designada pelo diretor do curso, um Projeto de Trabalho, devidamente assinado pelo professor orientador, que deverá ser homologado pelo colegiado do curso. § 2º Na segunda fase, o estudante desenvolverá o projeto aprovado, que deverá ser entregue na data designada pelo diretor do curso. § 3º As 3 (três) vias do Trabalho de Conclusão de Curso serão entregues ao diretor de curso que as distribuirá aos professores que comporão a Banca Examinadora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de defesa designada pelo diretor do curso. § 4º A Banca Examinadora será composta por 3 (três) Professores, sendo presidente o professor orientador, e 2 (dois) professores indicados pelo colegiado do curso. § 5º Na falta ou impedimento do professor orientador ou membro da banca, deverá ser

designada pela direção do curso nova data para defesa do trabalho, que não poderá exceder de 5 (cinco) dias úteis, bem como ser informada a falta do professor ao respectivo departamento, para fim de registro e encaminhamento da falta ao setor competente.

Art. 93. A defesa do trabalho consiste na exposição oral do conteúdo pelo estudante durante 30 (trinta) minutos e terá 10 (dez) minutos para as respostas à arguição de cada componente da Banca Examinadora. § 1º Da defesa resulta uma nota numérica calculada pela média aritmética das notas de apresentação escrita e exposição oral atribuídas por cada membro da banca, ocorrendo aprovação quando a média for igual ou superior a 7,0 (sete) ou reprovação do trabalho, em caso de nota inferior, registradas em ata a ser arquivada na direção do curso. § 2º A avaliação poderá ser concluída quando não houver exigência de alterações e, quando houver, fica o aluno com prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para entregar 1(uma) via da versão definitiva à direção de curso, sob pena de invalidação de nota atribuída ao trabalho. § 3º Poderá também a aprovação ser condicionada à realização de mudanças de forma ou conteúdo, ficando o acadêmico com prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para proceder à modificação e entregar 1(uma) via da versão definitiva à direção do curso. § 4º A Banca Examinadora apresentará, por escrito, as observações relativas à avaliação do TCC, a fim de que o acadêmico proceda às alterações indicadas. § 5º A versão modificada será encaminhada ao professor orientador ou professor designado pela Banca para proceder à revisão, a ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias, sob pena de invalidação da nota atribuída ao trabalho.

Art. 94. A via definitiva será entregue à direção do curso, para posterior encaminhamento à Biblioteca Central. Parágrafo único. A direção do curso manterá um banco de dados com informações básicas sobre todos os trabalhos de conclusão de curso já defendidos e aprovados, devendo conter: autor, título e área temática do trabalho; nome e titulação do professor orientador; data em que se realizou a defesa; número de catálogo na biblioteca; e membros da Banca Examinadora. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, 2012, p. 34)

## 6. GESTÃO DO CURSO

### 6.1 Gestores do Curso

A estrutura administrativa do curso compõem-se organização departamental (departamento de História e Geografia); com um chefe de departamento e secretário; um diretor de curso (que cuida da vida acadêmica dos alunos) e um secretário de curso. Possui no seu quadro docente: 10 (dez) professores efetivos (sendo 5 doutores, 4 mestres e 1 especialista); e 07 (sete) professores substitutos (com contrato de um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano, regulamentado por legislação estadual).

<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>
BENILTON TORRES DE LACERDA	<b>CHEFE DE DEPARTAMENTO</b>
ROSA MARIA DOS SANTOS	<b>SECRETÁRIA DO DEPARTAMENTO</b>
JORDANIA MARIA PESSOA	<b>DIRETORA DO CURSO DE HISTÓRIA</b>
JOSÉ RIBAMAR FARIAS	<b>SECRETÁRIO DO CURSO DE HISTÓRIA</b>
ALCEBIADES COSTA FILHO	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
ANTONIA VALTERIA MELO ALVARENGA	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
ARYDIMAR VASCONCELOS GAIOSO	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
BENILTON TORRES DE LACERDA	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
ELOY BARBOSA DE ABREU	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
JAKSON DOS SANTOS RIBEIRO	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
JORDANIA MARIA PESSOA	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
RAIMUNDA BARROS BORBA	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
REINALDO DOS SANTOS BARROSO JUNIOR	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>
SALANIA MARIA BARBOSA MELO	<b>PROFESSOR(A) EFETIVADA</b>

### 6.2 Colegiado do Curso

O Colegiado é um órgão deliberativo e consultivo do Curso, conforme o que determina o Art. 49 e seus segmentos do Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão, seção V, reproduzido ainda, no Art. 20 e seus segmentos, do Regimento dos Órgãos Deliberativos e Normativos da Universidade Estadual do Maranhão:

Art. 49 Os Colegiados de Curso são órgãos deliberativos e consultivos dos Cursos e terão a seguinte composição: I - o Diretor de Curso como seu Presidente; II - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de

um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III- um representante do corpo docente por habilitação.

Art. 20. Os Colegiados de Curso terão a seguinte composição: I - o diretor de Curso como seu presidente; II - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III - um representante do corpo docente por habilitação.

<b>Presidente: Jordania Maria Pessoa</b>
<b>Professor: Salania Maria Barbosa Melo</b>
<b>Professor: Antonia Valtéria Melo Alvarenga</b>
<b>Professor: Eloy Barbosa de Abreu</b>
<b>Professor: Alcebiades Costa Filho</b>
<b>Discente: Adão da Silva Severino</b>

### 6.3 Núcleo Docente Estruturante

O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, é regido pela Resolução Nº 01 de 17 de junho de 2010 do CONAeSe pela Resolução Nº 826/2012 – CONSUN/UEMA, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE será constituído pelo(a) Coordenador(a) do Curso, como seu presidente e por no mínimo mais 4 (quatro) docentes que ministram disciplinas no curso, sendo o limite máximo definido pelo Colegiado do Curso.

I- Professores:

Jordania Maria Pessoa (71027);

Antonia Valterea Melo Alvarenga(70649);  
 Salania Maria Barbosa Melo(70680);  
 Benilton Torres de Lacerda(2510170);  
 Alcebíades Costa Filho(70615).

<b>PORTARIA: Nº11.DC/2017 – CESC/UEMA</b>	
<b>NOME DO DOCENTE</b>	<b>TITULAÇÃO MAIOR</b>
*Jordania Maria Pessoa	MESTRE
Antonia Valtéria Melo Alvarenga	DOUTORA
Salania Maria Barbosa Melo	DOUTORA
Benilton Torres de Lacerda	MESTRE
Alcebíades Costa Filho	DOUTOR

#### **6.4 Corpo Técnico–Administrativo atual disponibilizado para o curso**

Rosa Maria dos Santos	Graduada em Química e Especialista em Educação Ambiental
	Secretária do Departamento de História e Geografia desde 1987 até o presente momento.
José Ribamar Farias	Graduado em Administração
	Secretário do curso de História desde 1999 até o presente momento



## 7. INFRA-ESTRUTURA DO CURSO

### 7.1 Infraestrutura física existente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas

O Curso de História Licenciatura do CESC/UEMA funciona no campus de Caxias, localizado na Av. Gen. Sampaio, s/n – Morro do Alecrim, ocupa uma área de 16.458 km<sup>2</sup> (terreno doado, em 20/11/1976, pela Prefeitura Municipal de Caxias), incorporado ao patrimônio da UEMA. Dispõe o campus de uma área construído de 2.560 m<sup>2</sup>, distribuído em 6 (seis) pavilhões, compreendendo:

**Pavilhão A** – destinado ao complexo administrativo do CESC, onde se acha 1 (uma) sala, em que onde funciona o Gabinete da Direção, 1 (uma) ante-sala na qual se encontra instalado o assistente de Centro; 1 (uma) sala do Registro e Controle Acadêmico e 1 (uma) sala do Protocolo, 1 (uma) ; 1 (um) Auditório com capacidade para 240 pessoas, 2 (dois) ambientes sanitários para professores e 6 (seis) saletas, onde funcionam os Departamentos e Direções de algumas das Licenciaturas, com a seguinte dimensão: 3,86m de largura por 5,53m de comprimento

**Pavilhão B e C** – distribuído nesses pavilhões temos 15 salas de aula todas climatizadas. Para o curso de história funcionam 02 (duas) turmas no turno matutino; 03 (três) turmas no turno vespertino; 01 (uma) turma turno noturno. Esta é a distribuição do curso de História em 2018.1. Também no pavilhão C encontram-se os laboratórios multidisciplinares.

**Pavilhão D, E e F** – Entre os pavilhões D e F temos os laboratórios dos pesquisadores do CESC/UEMA, que dispõe atualmente de mais de 40 professores doutores.

**BIBLIOTECA** – a biblioteca localiza-se atrás do bloco administrativo, sendo toda climatizada, com computadores disponíveis para os discentes (oito no total), rede wi fi, com um amplo acervo bibliográfico direcionado às licenciaturas e aos dois cursos de bacharelado (medicina e enfermagem), que localizam-se em um prédio anexo no centro de Caxias.

**PAVILHÃO F** – neste pavilhão encontra-se o laboratório de História (LHOI): Laboratório de História Oral e Imagens. O laboratório é o suporte do grupo de

Pesquisa Histórias do Maranhão (cadastrado na plataforma lattes do CNPQ). Uma construção iniciada pela UEMA em 2013 e finalizado em 2014.

## 7.2 Acervo Bibliográfico

Nome da Biblioteca	Biblioteca Vespasiano Ramos
Funcionários	Wilberth Santos Raiol. Função: Bibliotecário
	Oswaldino Rocha da Silva Filho. Função: auxiliar de biblioteca
	Alderlene Sousa de Oliveira – Auxiliar de Biblioteca
	Auriele Pereira dos Reis - Estagiária
	Juliete da Silva Costa – Estagiária
	Luciano Silva Gouveia – Estagiário
	Sabrina Silva de Almeida – Estagiária
	Valéria Regina Cardoso Cunha – Estagiária
Funcionamento da Biblioteca	<p>Horário de expediente: 08:00h às 21:30h</p> <p>Quantidade de títulos por empréstimo: 3 títulos diferentes, se estendendo para 5 títulos caso o aluno estiver em elaboração de monografia.</p> <p>Quantidade de dias para empréstimo: 10 dias, podendo ser renovado por mais 10 dias.</p> <p>A renovação e reserva pode ser feitas online pelo sistema.</p> <p>8 computadores para pesquisa conectados a internet.</p>
Nome do Software	Pergamum
Distribuição dos espaços físicos	<p>Ambiente de pesquisa e consulta local (climatizado)</p> <p>Ambiente com os computadores de pesquisa conectados a internet (climatizado)</p> <p>Espaço do acervo físico (climatizado)</p> <p>Sala de circulação (Recepção) (climatizado)</p> <p>Sala do setor Administrativo</p>

Quantidades de títulos geral	10.411 Títulos
Quantidade de exemplares geral	25.555 exemplares
Quantidade de Títulos de História e áreas afins (História, Ciências políticas, Antropologia, Ciências Sociais, Filosofia e Sociologia)	1.479
Quantidade de Exemplares de História e áreas afins (História, Ciências políticas, Antropologia, Ciências Sociais, Filosofia e Sociologia)	3.042

### 7.3 Corpo docente atual do quadro da UEMA disponibilizado para o Curso

CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA							
NOME	REGIME			TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL		DISCIPLINA
	20H	40H	TID E		Contrato	Efetivo	
ALCEBIADES COSTA FILHO		X		DOUTOR		X	HISTORIA DA AMÉRICA COLONIAL (60H) HISTÓRIA DOS POVOS PRÉ-AMERICANOS (60H) HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (60H)
ANTONIA VALTERIA MELO ALVARENGA		X		PÓS DOUTORA		X	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA (60H)ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ENSINO FUNDAMENTAL (180H)
ARYDIMAR VASCONCELOS GAIOSO			X	DOUTORA		X	ANTROPOLOGIA (90H)
BENILTON TORRES DE LACERDA		X		MESTRE		X	HISTÓRIA MEDIEVAL (90H) ARQUEOLOGIA (60H) HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO (60H)
ELOY BARBOSA DE ABREU		X		DOUTOR		X	HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL (60H) ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO ENSINO FUNDAMENTAL (180H)
JAKSON DOS SANTOS RIBEIRO		X		MESTRE (DOUTORANDO -UFPA)		X	PRÁTICA DIMENSÃO CURRICULAR NO ENSINO MEDIO (135H) ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ENSINO MÉDIO (225H)

JORDANIA MARIA PESSOA		X		MESTRE (DOUTORANDO – UNISSINOS)		X	TEORIAS DA HISTÓRIA (60H) ATP TCC
RAIMUNDA BARROS BORBA		X		ESPECIALISTA		X	
REINALDO DOS SANTOS BARROSO JUNIOR		X		MESTRE (DOUTORANDO)		X	HISTÓRIA DO MARANHÃO COLONIAL (60H) HISTÓRIA DOS POVOS AFRICANOS (60H)
SALANIA MARIA BARBOSA MELO		X		PÓS DOUTORA		X	HISTÓRIA MODERNA (90H) HISTÓRIA DO MARANHÃO IMPERIAL (60H)
CRISTINA CUNHA DE ARAÚJO	X			MESTRA	X		HISTÓRIA DO BRASIL IMPERIAL (60H) PRÁTICA NA DIMENSÃO CURRICULAR DO ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO I (90H)
ISAAC GONÇALVES SOUZA	X			MESTRE	X		HISTÓRIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO (90H) TEORIAS E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA (60H)
MARIA DO AMPARO MOURA ALENCAR ROCHA	X			MESTRE	X		HISTÓRIA DO MARANHÃO REPUBLICANO (60H)
PAULO RICARDO MUNIZ	X			MESTRE	X		HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE (60H) HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO (60H)
VERUSKA LAURIANA DA SILVA DE CARVALHO	X			MESTRE	X		PRÁTICA NA DIMENSÃO POLÍTICO – SOCIAL (PEDAGOGIA DE PROJETOS) (90H) PRÁTICA NA DIMENSÃO CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL (90H)
WENDELL EMMANUEL BRITO DE SOUSA	X			MESTRE	X		HISTÓRIA DA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA (60H) HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. (Org.). Revisão do paraíso; os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

\_\_\_\_\_; AMANTINO, Marcia (Orgs.). História dos homens no Brasil. São Paulo: Unesp, 2013.

\_\_\_\_\_. Manual de Teoria da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_, Pedro Paulo de Abreu; PELEGRINI, Sandra C.A. Patrimônio Histórico e cultural. Rio de Janeiro. ZAHAR, 2006;

\_\_\_\_\_. Fontes Arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bessanezi (organizadora). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. Fazendo Gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010.

\_\_\_\_\_. O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

\_\_\_\_\_. História dos camponeses franceses: da peste negra à revolução v.1 e v.2. Rio de Janeiro: Record, 2007.

2007

AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). O século XX Civilização Brasileira; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

AARÃO REIS Fo., D.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. O Século XX, o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. 2a ed., Vol. III, Rio, Civilização Brasileira, 2002.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX. Recife, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e

ABREU, Martha e VIANA, Larissa. Lutas políticas, relações raciais e afirmações culturais no pós-abolição: os Estados Unidos em foco. In: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. História das Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. DP&A. Rio de Janeiro. 2003.

AGOSTINHO, Santo. As confissões. São Paulo: Martin Claret, 2010.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru/SP:EDUSC, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A Ideologia da Decadência. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, 2008.
- ALONSO, Angela. Ideias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMADO, Janaina. Usos e abuso da História Oral. Rio de Janeiro. Ed.FGV, 2006.
- ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ANDRÉ, M. E. D.A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papyrus, 2009.
- ANDRÉ, M. E. D.A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papyrus, 2009.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Quilombolas: tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori comunicação, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- ARCURI, Márcia Maria. Os sacerdotes e o culto oficial na organização do estado mexica. 2003, 264p. + anexos. Tese (Doutorado em Arqueologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2003.
- ASSMANN, Hugo. Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- BAKOS, Margaret. Transformações e permanências da simbologia egípcia na sociedade moderna. Vieira, Ana Livia & ZIERER, Adriana (org). IN: História antiga e medieval: rupturas, transformações e permanências: sociedade e imaginário. São Luis: Editora UEMA, 2009.
- BARBOSA, Muryatan S. *Eurocentrismo, História e História da África*. In.: **Sankofa**: revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, v. 1, p. 46-62, 2008.
- BARBOSA, Silvana Mota. A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- BARKER, Robert S. El proceso independentista de los Estados Unidos de América. In: GALEANA, Patricia. (coord). Historia comparada de las Américas. Sus procesos independentistas. México: Siglo XXI, 2010.
- BARMAN, Roderick. Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX. São Paulo: Ed.Unesp, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. O campo da História. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis - RJ: Vozes, 2004.
- BARTHÉLEMY, Dominique. A Cavalaria, SP: Ed. da UNICAMP, 2010.
- BASCHET, Jérôme. A Civilização Feudal. Editora. Globo, 2006.
- BERBEL, Márcia Regina. Autonomia e soberania nacional às vésperas das independências iberoamericanas (1810-1824). In: PAMPLONA, Marco e STUVEN,

- Ana Maria. (orgs.) Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- BLOCH, Marc. Apologia da História; ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.
- BOCK, A. M. B. (org). Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. História & Fotografia. 2 ed. Ver. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (História &... Reflexões).
- BORRALHO, José Henrique de Paula. Terra e Céu de Nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. São Luís: Café e Lápis/ FAPEMA, 2001
- BRANDÃO, C.R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Diretrizes para a formação de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília: MEC, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, 102-142.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. **Resolução Nº 2 de Julho de 2015.** Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2015.
- Brasil: 1870;1902. Rio de Janeiro, Revan, 2005.
- BULFINCH, Thomas. Mitologia: histórias e deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Unesp, 2002.
- BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Diretrizes para a formação de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília: MEC, 2002.
- CABRAL, Maria do socorro. A frente de expansão litorânea; A frente de expansão na colonização maranhense: a do interior. Caminhos do gado - conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2008.
- CALAINO, Daniela Bueno. História Medieval do Ocidente. Col. Serie História Geral. São Paulo; Editora Vozes, 2015.
- CAMPOS, D. M. Psicologia da Aprendizagem. 30 ed. Petrópolis, Vozes, 2000.
- CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

- CANDAUI, Vera Maria.(Org.) Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, no 61, p. 317-338 – 2011.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (organizadores). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da História: Ensaio de CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARRARA, Kester. Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo, Avercamp, 2004.
- CARVALHO, A M. P. (org.). Ensinar a ensinar: didática para a escola Fundamental e Média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo percurso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; LOPES, Kelma Maria do Socorro. Psicologia da Educação: teoria do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. Fortaleza, EDFC, 2008.
- CASTRO, César Augusto (Org.). Leitura, Imprensa e Cultura Escolar. São Luís: EDUFMA, 2010
- CATANI, D. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, E. M. T. et al. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CERTEAU, Michel De. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. As sesmarias e a ocupação do território na Amazônia colonial. In.: ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SILVA Gian Carlo; SILVA, Kalina Vanderlei; SOUSA, George Felix. (Orgs). Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.26, nº 52, p. 79-114. 2006
- CHARNEY, L. e SCHWARTZ, V. (orgs) O Cinema e a Invenção da Vida Moderna. SP, Cosac & Naify, 2001.
- CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. O Sociólogo e o Historiador. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012.
- CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. **O Sociólogo e o Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012.



- COGGIOLA, Osvaldo –Governos Militares na América Latina, São Paulo, Ed. Contexto, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. São Paulo: UNESP, 2011.
- COSTA, Marisa Vorraber (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005
- COSTA, Wagner C. da. (Org.). História do Maranhão: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.
- COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas. 15ed. São Paulo: Saraiva, 2000
- CRESPO, Horacio. Proceso de independencia Argentina en el marco del Virreinato del Río de la Plata. In: GALEANA, Patricia. (coord). Historia comparada de las Américas. Sus procesos independentistas. México: Siglo XXI, 2010.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *Introdução. A casa de Bragança – 1560-1640 – Práticas Senhoriais e redes clientelistas*. Lisboa: ESTAMPA, 2000.
- da África. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- DAHER, Andrea. O segundo Brasil francês: a França Equinocial. In.: O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.
- DARNTON, R. O Grande massacre dos gatos. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- DAYRELL, J. (org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2001
- DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução à história
- DEYON, Pierre. *Políticas e práticas do Mercantilismo*. In.: **O mercantilismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- DJAÏT, H. As fontes escritas anteriores ao século XV. In KI-ZERBO, J (org). **História Geral da África**: Metodologia e pré-história da África. Vol. I Brasília: UNESCO, 2010.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- DOSSE, François. A História em migalhas. Bauru: EDUSC, 2003.
- DUPLESSIS, Robert. *Mercadorias globais, consumidores locais*. In. **Afro-àsia**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- Durkheim, E. Educação e Sociologia. Lisboa: Edições 70. 2009.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Martins fontes. 2007.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. Bruxaria, oráculos e magia nos Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2005.

FALCON, Francisco José Calazans. Iluminismo. 4ª ed. – São Paulo: Ática, 2002. Série Princípios.

FAVIER, Jean, Carlos Magno. SP: Estação Liberdade, 2004.,

FEBREV, Lucien. A Europa: gênese de uma civilização. Bauru: EDUSC, 2004.

FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo. Colaboração de Inês Barbosa de Oliveira. et al. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FILHO, L.M.F; LOPES; E.M.T; VEIGA, C.G ( Orgs ). 500 anos de Educação no Brasil. 4ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FILHO, L.M.F; LOPES; E.M.T; VEIGA, C.G ( Orgs ). 500 anos de Educação no Brasil. 4ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e Ensino de História. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, 29-36.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e Ensino de História. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, 29-36.

FONTANA, Josep. A história dos homens. Bauru: Edusc, 2004.

FORTES, Mário Jorge da Motta, MALEVAL, Carolina Coelho, OLIVEIRA, Maria do Amparo Tavares, SILVA, Andréia Crista Lopes Frazão da, SILVA, Leila Rodrigues da. (Orgs.) Idade Média: Abordagens Interdisciplinares. Rio de Janeiro: PEM, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: nascimento do ocidente. SP: Brasiliense, 2001.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. Hermenêutica em perspectiva, vols. I e II. Petrópolis: Vozes, 2007.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico- Crítica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico- Crítica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GHIRALDELLI JR. P. O que você precisa saber em filosofia da educação. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

GHIRALDELLI, Paulo. O que é filosofia da educação. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GIDDENS, Anthony, SOCIOLOGIA, Porto Alegre, Artmed, 2005, 4ª ed.

GONZÁLEZ REY, F. L.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Aprendendo a aprender. Guia de Formação para professores das séries iniciais 2003.

GRAFENSTEIN, Johanna von. El proceso de independencia haitiano: 1789-1804. In: GALEANA, Patricia. (coord). Historia comparada de las Américas. Sus procesos independentistas. México: Siglo XXI, 2010.

GRUZINSKI S, A colonização do Imaginário, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GURARDELLI JUNIOR, P. História da Educação Brasileira. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. STEPHANOU, M; BASTOS, M.H.C. (orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. V.I,II, III. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUSMÃO. N. M. M. (org.). Diversidade, cultura e educação – olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

GUSMÃO. N. M. M. (org.). Diversidade, cultura e educação – olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

HILL, Christopher. *O período anterior a 1640*. In.: **A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

HOBBSAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOLANDA, Cristina B. de. Modos da representação política: o experimento da Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: IUPERJ/UFMG, 2009. VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo: Brasiliense, 2000.

<http://www.uema.br/historico/> acessado em: 07/02/2018

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JENKINS, Keith. A História repensada. São Paulo: Contexto, 2004.

JUDT, Tony. Pós-Guerra; Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

KRICKBERG, Walter. Mitos y leyendas de los Aztecas, Incas, Mayas y Muisecas. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2000.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação de São Luís e seus mitos. São Luís, Lithograf: 2002.

LAMBERT, P.; SCHOFIELD, P. História: introdução ao ensino e à prática. Porto Alegre: Penso, 2011.

LASSO, Marixa. Guerra Racial e Nação na Gran Colômbia caribenha, Cartagena, 1810-1832. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 179-207, jul./dez. 2010

LE GOFF, Jacques. Memória e História. Campinas: Unicamp, 2003.

- LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII,
- LIMA, L. Escola não é circo, professor não é palhaço: intencionalidade e educação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: PERRENOUD, Philippe. A Pedagogia na escola das diferenças. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre. Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. Bauru: EDUSC, 2007.
- MARTINS, Estevão C. R. O renascimento da História como ciência. In: Estevão de Rezende Martins. (Org.). A História pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010, v. 1, p. 7-14.
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- MASSETO, M. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 2008.
- MATTA, Alfredo. Novas linguagens para a História: R.IHGB, Rio de Janeiro, a 175 (464); 267-290. Jul/ser. 2014.
- MATTOS, Hebe Maria Mattos. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MATTOS, Rejane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- MEIRELES, Marinelma. Tráfico Transatlântico e Procedências Africanas no Maranhão Setecentista. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília
- MEIRELES, Mario. O descobrimento – as primeiras expedições; O nome Maranhão: conjecturas sobre sua origem. In.: História do Maranhão. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.
- MELLO, Frederico P. de. Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil. A Gira Editora, São Paulo, 2004.
- MELLO. Luís Gonzaga. Antropologia Cultura: iniciação, teorias e temas. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MELLO. Luís Gonzaga. **Antropologia Cultura: iniciação, teorias e temas**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

Moema Toscano: Introdução a Sociologia Educacional. 10a ed. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001.

MONTEIRO, Rodrigo B; CALAINHO, Daniela B; FEITLER, Bruno; FLORES, Jorge (Org.). Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MOTA, Antonia da Silva. Família e patrimônio no Estado do Maranhão (1740 a 1770). In: História do Maranhão: novos estudos, novas abordagens. São Luís: EDUFMA, 2001.

NAVARRO, Alexandre Guida. Baixada Maranhense: a casa das estearais. Cad. Pesq. São Luis, v. 20, n. 3, set/dez. 2013.

NOVAIS, Fernando A. HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL: República: da belle époque à era do rádio. 7 ed. Companhia das Letras. 1998

OLIVEIRA, Marcos Marques de. Florestan Fernandes / Marcos Marques de Oliveira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PENNA, Maria Luiza. Fernando de Azevedo / Maria Luiza Penna. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. História e História cultural. BH: Autêntica, 2003.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo da História: temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo da História: temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Artmed Editora, 2016.

PRADO, Maria Emília. Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no

PRADO, Maria Ligia. O Brasil e a distante América do Sul. Revista de História. São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2001. (Disponível na Internet)

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. Campanhas de independência nos vice-reinos espanhóis. In: \_\_\_\_\_. HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA. São Paulo: Contexto. 2014.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. Crise dos domínios coloniais na América. In: \_\_\_\_\_. HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA. São Paulo: Contexto. 2014.

PRIORI, Angelo. Introdução aos estudos históricos / Angelo Priori, organizador. -Maringá: Eduem, 2010.

PROUS, André. O Brasil antes dos brasileiros. A Pré-História do nosso país. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

PURCELL, Fernando. La Revolución Norteamericana y las tensiones interpretativas en su historiografía reciente. In: Revista de Historia Iberoamericana. 2008, vol. 1, no. 1.(Disponível na Internet).

QUIJANO, Aníbal. A Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

RANGEL, Mary. Representações e reflexões sobre o “bom professor”. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

REDE, Marcelo. Família e patrimônio na antiga mesopotâmia. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês de 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REVEL, Jacques. "A história ao rés-do--chão" (Prefácio). IN LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio, Civilização Brasileira, 2000.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIZEK, Karina, MENDES, Roseana Pereira & outros: Educação de crianças e Programa de Formação de Professores de Educação Infantil. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.

ROCHA, Márcio Pimentel. O demônio renitente: demonologia e colonização no vice-reinado do Peru (séc. XVI – XVII). Dissertação – UNESP/França, 2010.

RÜSEN, Jörn. RAZÃO HISTÓRICA: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen: tradução de Estevão Rezende Martins. Editora: Universidade de Brasília, Brasília, 2001. 194p.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. E ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, C.S.G; ANDRADE, F.C.B. Representações sociais e formação do educador: revelando interseções do discurso. João Pessoa: Ed. UFPB, 2003.

SANTOS, Irineia M. Franco dos. **História e Antropologia: Relações Teórico- Metodológicas, Debates sobre os Objetos e os Usos das Fontes de Pesquisa** - Revista Crítica Histórica Ano I, Nº 1, Junho/2010

SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores associados, 2013

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHARTZ S e LOCHART J, A América Latina na Época Colonial, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002

SCHWARCZ, Lilia K. M. (Org) Antropologia e História: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHWARCZ, Lilia K. M. (Org) **Antropologia e História**: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira, FUNARI, Pedro Paulo. Políticas e Identidades no Mundo Antigo. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005

SILVEIRA, Renato da. *Jeje e Nagô na Costa da Mina*. In.: **O candomblé da Barroquinha**: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Maianga, 2005.

SLAVE VOYAGES: ARQUIVOS DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS NO ATLÂNTICO. Disponível em <http://slavevoyages.org> Acesso em julho de 2016.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. De soldados de Cristo a soldados do Papa. In.: *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: ed.ufpa, 2012.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THORNTON, John. *A escravidão e a estrutura social na África*. In.: **A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução.*; São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TOSCANO, Moema, SOCIOLOGIA EDUCACIONAL, Petrópolis, Vozes, 2001.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Edit. da UFMG, 2001

UEMA. **Normas Gerais do Ensino de Graduação – nº 1045/2012 – CEPE/UEMA**. São Luís, MA. 2012.

UEMA. **Resolução Nº1264/2017 – CEPE/UEMA**: cria e aprova as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura da UEMA. 06 de Junho de 2017.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In KI-ZERBO, J (org). **História Geral da África**: Metodologia e pré-história da África. Vol. I Brasília: UNESCO, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Currículo: a atividade humana como princípio educativo* - São Paulo: Libertad, 2009.

VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta, 2010.

VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ZERNER, Monique, org. *Inventar a heresia?* Editora da UNICAMP, 2009

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil. Dos jesuítas aos anos 80*. Campinas: Ed. Plano, 2004.

**APÉNDICE**



## APÊNDICE I - QUADRO DE DOCENTES E RESPECTIVOS GRUPOS DE ESTUDO

<b>PROFESSOR</b>	<b>GRUPO DE ESTUDO</b>	<b>LINHA DE PESQUISA</b>	<b>NUMERO DE BOLSISTAS</b>
ALCEBIADES COSTA FILHO	NEHISLIN (Núcleo de Estudos de Historiografias e Linguagens); Núcleo de Estudos em Memória e Acervos - NEMA	Historiografias, Ensino de História, Linguagens e Tempo Presente; Interfaces entre História e Literatura	1
ANTONIA VALTERIA MELO ALVARENGA	Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política; História e Políticas Públicas; NUCLEO DE ESTUDO E PESQUISA RURAL E REGIONAL-NUPERRE	História Cultural; Cultura política; Políticas Públicas; História da Educação; Direito Público; Direito Público; História sociocultural	2
ARYDIMAR VASCONCELOS GAIOSO	GRUPO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DA AMAZÔNIA; Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais; GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS INTERDISCIPLINAR DO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS (GEPICESC)	Memória, mediação e movimentos sociais; Mapeamento Social e Gestão Territorial de Povos e Comunidades Tradicionais; Linha de pesquisa Nome do grupo Ações	2
BENILTON TORRES DE LACERDA	Histórias do Maranhão	Cidade e Patrimônio Histórico	1
ELOY BARBOSA DE ABREU	Histórias do Maranhão	Brasil Colonial	0

JAKSON DOS SANTOS RIBEIRO	Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão	Gênero, espaço urbano e a transformação da cidade, corpos, culturas, subjetividades e sociabilidades, sexualidades, identidades, discurso midiáticos, movimentos sócias e direitos humanos.	4
JORDANIA MARIA PESSOA	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS INTERDISCIPLINAR DO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS (GEPICESC)	Cultura e história de etnias do Maranhão e seus códigos de resiliência	2
RAIMUNDA BARROS BORBA	Sem grupo de Pesquisa atualmente	_____	SEM BOLSISTAS
REINALDO DOS SANTOS BARROSO JUNIOR	NEÁFRICA: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global; Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista; História, Cultura e Poder	Escravidão, Diáspora Africana e Mundo Atlântico; Experiências africanas e estrutura escravista; Cultura e Identidades; Historiografia e Linguagens	11
SALANIA MARIA BARBOSA MELO	HISTÓRIAS DO MARANHÃO; NUPHEB (NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA CULTURAL, SOCIEDADE E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA); Grupo de Pesquisa em História Oral; GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS INTERDISCIPLINAR DO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS (GEPICESC)	Cultura e história de etnias do Maranhão e seus códigos de resiliência; Cultura e Sociedade maranhense; Memória, Cultura e Oralidade; Educação patrimonial; Gênero, Etnias, Educação e Diversidades; História da Educação	SEM BOLSISTAS